

Relatório do Exercício 2016



PSS - Seguridade Social





ÍNDICE

1. MENSAGEM AOS PARTICIPANTES	05
2. PATROCINADORAS	06
3. ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	06
4. PLANOS PREVIDENCIÁRIOS	07
5. PLANO B	
5.1 Quadro de Participantes e Assistidos	08
5.2 Demonstrações Financeiras	08
5.3 Parecer Atuarial	09
5.4 Demonstrativos dos Investimentos	16
5.5 Demonstrativo de Gestão	18
5.6 Política de Investimentos Vigente em 2016	19
6. PLANO C	
6.1 Quadro de Participantes e Assistidos	21
6.2 Demonstrações Financeiras	21
6.3 Pareceres Atuariais	22
6.4 Demonstrativos dos Investimentos	34
6.5 Rentabilidade por Perfil de Investimento	35
6.6 Demonstrativo de Gestão	36
6.7 Política de Investimentos Vigente em 2016	36
7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS	40
8. PARECERES	
8.1 Parecer do Conselho Fiscal	59
8.2 Parecer do Conselho Deliberativo	59
9. DEMONSTRATIVOS DE INVESTIMENTOS	
9.1 Anexo I – Renda Fixa	60
9.2 Anexo II – Renda Variável	62





1 Mensagem aos Participantes

O ano de 2016 começou com incertezas na política e na economia, pois a presidente Dilma Rousseff tentou salvar seu mandato com a aprovação de um ajuste fiscal para controlar os gastos públicos, o qual, dada a sua fragilidade política, não foi aprovado. Esse fato provocou uma desvalorização considerável dos ativos financeiros no início do ano.

No segundo trimestre o governo da presidente acabou, após o Congresso decidir afastá-la, e foi quando seu substituto nomeou uma equipe confiável para o comando da economia. Isso provocou, momentaneamente, uma reação muito positiva do mercado e no preço dos ativos financeiros. Porém, no final do ano a euforia arrefeceu, diante da constatação de que a recessão, que se iniciou em 2015, ainda não havia acabado, e que, o ajuste fiscal dependia ainda de várias reformas, difíceis de serem aprovadas pelo Congresso.

Mesmo com os altos e baixos da política e da economia, as rentabilidades dos investimentos da PSS foram interessantes, conforme pode ser observado no quadro comparativo abaixo.

Graças à essas rentabilidades o Plano B encerrou o ano com um superavit acumulado de R\$ 261 milhões e o Plano C com um saldo no Fundo Especial de R\$ 157 milhões. Essas situações aumentaram o suporte para a cobertura do pagamento dos benefícios desses Planos.

Em junho foram protocolados na PREVIC todos os documentos requeridos para a retirada total de patrocínio dos Planos B e C, decidida ao final de 2015. Acreditamos que a aprovação pela PREVIC deva ocorrer separadamente para cada um desses Planos durante o ano de 2017. Além disso, em novembro, com o pagamento para os participantes, foi liquidada a retirada de patrocínio da empresa Sopho para esses Planos.

No restante desse relatório poderão ser encontradas mais informações relativas à gestão do Planos durante o ano de 2016.

Boa leitura!

Diretoria Executiva

RENTABILIDADES -%			
	1 ano	7 anos	12 anos
PLANO B			
RENDA FIXA	18,85	129,20	394,71
TOTAL DO PLANO	18,26	133,72	417,82
PLANO C			
RENDA FIXA	15,66	69,11	367,35
RENDA VARIÁVEL	37,09	17,36	197,28
INDICADORES			
MÉDIA FUNDOS DE PENSÃO ABRAPP(*)	14,56	91,24	322,91
INFLAÇÃO(**)+6% AO ANO	13,18	137,80	294,55
SELIC	14,01	106,09	290,41
POUPANÇA	8,35	62,84	139,76
INFLAÇÃO (**)	6,77	58,96	96,31
IBOVESPA	38,90	(12,20)	129,88

(*) Fonte: ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

(**) Inflação - Índice IPC-DI - FGV



2 Patrocinadoras

Patrocinadoras dos Planos B e C

PSS – Seguridade Social
Inbraphil – Inds. Brasileiras Philips Ltda.
Philips do Brasil Ltda.
Lumileds Iluminação Brasil Ltda.
Philips Medical Systems Ltda.
Philips Lighting Iluminação Ltda.

Patrocinadoras apenas do Plano C

Dixtal Biomédica Indústria e Comércio Ltda.
Dixtal Tecnologia Indústria e Comércio Ltda.
Philips Clinical Informatics – Sistemas de Informação Ltda.
Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda.*

Patrocinadora apenas do Plano B

Atos Brasil Ltda.

* Única patrocinadora não solidária. Portanto, possui parecer atuarial específico, o qual pode ser consultado na página 28.

3 Órgãos Estatutários

A direção da PSS é exercida pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva de acordo com as atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social. As responsabilidades, bem como, a composição desses órgãos em dezembro de 2016, são as seguintes:

Conselho Deliberativo:

Órgão responsável pelas diretrizes da Entidade.

Patrícia Frossard Piteri Naufel	- Presidente
Juliana Alina Asiminei	
Marcelo Roberto de Menezes Dourado	- Secretário e representante dos Participantes Ativos
Márcio Avila Barbosa	
Oswaldo Pasqual Castanha	- Representante dos Participantes Assistidos
Victor Hugo Ferraz de Campos	

Conselho Fiscal:

Órgão responsável pela fiscalização da Entidade.

José Francisco de Alvarenga	- Presidente e Representante dos Participantes
Edson Minto Dias	
Tereza Cristina Leal Rodrigues Bessa	

Diretoria Executiva:

Luiz Augusto Bastos Dias da Silva	- Diretor Gerente e Financeiro e Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)
José Carlos Craveiro Cadima	- Diretor Administrativo
Wagner Fria	- Diretor de Seguridade e Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)



4 Planos Previdenciários

A PSS administra dois planos de benefícios distintos, cujas principais características são as seguintes:

Plano B - Benefício Definido (BD)

Neste plano, criado em 1977 e fechado a novas adesões desde 1996, os participantes conhecem previamente o valor do benefício, pois no momento da aposentadoria lhes é garantido um percentual do salário. O valor do benefício é calculado de acordo com a função que o participante exerce na empresa patrocinadora e seu tempo de participação na PSS, independente do montante acumulado durante o período de contribuição.

O participante contribui com um percentual de seu salário, definido pela sua idade na data de adesão ao plano. Esse percentual e a contribuição da empresa podem variar de acordo com a avaliação atuarial anual.

As contribuições formam um fundo coletivo que, acrescido dos rendimentos dos investimentos, garante o pagamento dos benefícios.

Plano C - Contribuição Variável (CV)

Neste plano, aberto para novas adesões desde 1996, os participantes definem o valor das contribuições que farão ao longo dos anos. O valor do benefício é calculado sobre o saldo de conta total, montante acumulado durante o período de contribuição e acrescido da rentabilidade obtida nos investimentos realizados. Quanto maior o período e o valor da contribuição, maior é o benefício.

A contribuição mensal varia de 3% a 8% sobre o salário, de acordo com o percentual escolhido pelo participante, o qual define a contribuição, de mesmo valor, a ser paga pela patrocinadora e, além disso, há a possibilidade do participante efetuar contribuições voluntárias mensais.

O saldo de conta total, base para o cálculo do benefício, é formado pelas contribuições do participante, da patrocinadora, das contribuições voluntárias e da rentabilidade dos investimentos.



5 Plano B

5.1 Quadro de Participantes e Assistidos

Em 31 de dezembro de 2016 a posição de participantes era:

Patrocinadora	Ativos	Assistidos	Total	
			2016	2015
Philips	6	3.049	3.055	3.098
Sopho	-	-	-	3
Lumileds	5	-	5	-
LP Displays (*)	1	409	410	417
Atos Brasil (*)	3	53	56	56
Autopatrocínio	-	-	-	1
BPD (Vesting)	75	-	75	90
Auxílio Doença	-	3	3	5
Total	90	3.514	3.604	3.670

(*) inclui participantes remanescentes dos planos de retirada de patrocínio

5.2 Demonstrações Financeiras

5.2.1 Demonstração do Ativo Líquido

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
I. Ativos	1.787.378	1.638.148	9,11
Disponível	244	53	360,38
Recebível	2.519	2.488	1,25
Investimento	1.784.615	1.635.607	9,11
Debêntures	39.518	40.918	(3,42)
Fundos de Investimento	1.741.715	1.558.468	11,76
Investimentos Imobiliários	2.347	35.009	(93,30)
Empréstimos e Financiamentos	1.035	1.212	(14,60)
2. Obrigações	41.235	41.280	(0,11)
Operacional	1.883	1.812	3,92
Contingencial	39.352	39.468	(0,29)
3. Fundos não Previdenciais	-	-	-
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.746.143	1.596.868	9,35
Provisões Matemáticas	1.484.210	1.431.143	3,71
Superávit/Déficit Técnico	260.720	164.705	58,30
Fundos Previdenciais	1.213	1.020	18,92
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	260.720	164.705	58,30
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	22.605	(100,00)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	260.720	164.705	58,30



5.2.2 Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

R\$ MIL

DESCRIÇÃO		2016	2015	Variacão (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	1.596.868	1.539.738	3,71
	1. Adições	286.368	183.193	56,32
(+)	Contribuições Previdenciais	73	67	8,96
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	286.049	183.126	56,20
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	246	-	100,00
	2. Destinações	(137.093)	(126.063)	8,75
(-)	Benefícios	(137.093)	(121.592)	12,75
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(4.471)	(100,00)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	149.275	57.130	161,29
(+/-)	Provisões Matemáticas	53.067	24.929	112,87
(+/-)	Fundos Previdenciais	193	(989)	(119,51)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	96.015	33.190	189,29
	4. Operações Transitórias	-	-	-
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.746.143	1.596.868	9,35
	C) Fundos não previdenciais	-	-	-

5.3 Parecer Atuarial

5.3.1 Patrocinadoras Solidárias

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano de Benefícios B da PSS - Seguridade Social, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/06/2016.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela PSS - Seguridade Social verificamos que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas   inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras do Plano de Benefícios B, a saber: PSS - Seguridade Social, Inbraphil - Inds. Brasileiras Philips Ltda., Philips do Brasil Ltda., Lumileds Iluminação Brasil Ltda. (ex-Philips Eletrônica do Nordeste Ltda.), Philips Medical Systems Ltda., Sopho Business Communications - Soluções Empresariais Ltda., Atos Brasil Ltda. e Philips Lighting Iluminação Ltda.; são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes   cobertura de benefícios oferecidos pela PSS - Seguridade Social aos participantes e respectivos beneficiários desse plano.

Os valores informados neste parecer atuarial não incluem a patrocinadora Sopho Business Communications – Soluções Empresariais Ltda. A retirada parcial desta patrocinadora do Plano de Benefícios B foi aprovada pela Previc através do Ofício n  1610/CGAF/DITEC/PREVIC de 07/06/2016 e do extrato da Portaria Previc n  254 de 08/06/2016.

A PSS – Seguridade Social solicitou retirada de patrocínio das empresas do Grupo Philips (Inbraphil – Inds. Brasileiras Philips Ltda., Philips do Brasil Ltda., Lumileds Iluminação Brasil Ltda., Philips Medical Systems Ltda. e Philips Lighting Iluminação Ltda.), da Atos Brasil Ltda. e da PSS – Seguridade Social do Plano de Benefícios B, cujo processo encontra-se em análise da Previc.

Os resultados da avaliação atuarial apresentados a seguir estão posicionados em 31/12/2016.

O Plano de Benefícios B da PSS - Seguridade Social encontra-se em extinção desde 01/10/1996.

A avaliação atuarial   qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria n  242, de 11/05/2012, publicada na D.O.U. de 14/05/2012.



I - Estatísticas

Benefícios a Conceder	30/06/2016
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	15
Idade média (em anos)	52
Tempo de serviço médio (em anos)	25
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹	
Número	81

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

Benefícios Concedidos	30/06/2016
Número de aposentados válidos	2.292
Idade média (em anos)	70
Valor médio do benefício (em reais)	3.272,96
Número de aposentados inválidos	393
Idade média (em anos)	65
Valor médio do benefício (em reais)	1.426,52
Número de pensionistas (grupos familiares)	847
Idade média (em anos)	73
Valor médio do benefício (em reais)	2.360,57

II - Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a PSS - Seguridade Social e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios B conforme determinam a redação vigente da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos do plano foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2016	2015
Taxa real anual de juro	6,00% a.a.	6,00% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,50% a.a.	2,50% a.a.
Projeção do crescimento real de benefício	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
- Salários	98%	98%
- Benefícios do plano	98%	98%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 ¹	AT – 2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO – 1958	CSO – 1958
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB – 1944 modificada	RRB – 1944 modificada
Tábua de Rotatividade	Experiência das patrocinadoras da PSS nos anos de 2005 a 2009	Experiência das patrocinadoras da PSS nos anos de 2005 a 2009
Tábua de Morbidez	Experiência Willis Towers Watson	Experiência Willis Towers Watson

¹ Constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%, segregada por sexo



Outras hipóteses	2016	2015
Indexador do Plano	IPC-DI	IPC-DI
Composição familiar		
- Benefícios concedidos		
- Aposentados	Cônjuge informado.	Cônjuge informado.
- Pensionistas	Família Real	Família Real
- Benefícios a conceder		
- Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
- Probabilidade de casados na aposentadoria	95%	95%
- Filhos	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é igual a (55 - idade do participante) /2	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é igual a (55 - idade do participante) /2

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juro

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, a Portaria Previc nº 186 de 28/04/2016 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela PSS para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses atuariais indicadas no Parecer Atuarial de 2015 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente aprovado.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 6,59% a.a. Assim, com um intervalo de confiança de 79% a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos do Plano de Benefícios B é compatível com a taxa real de juros de 6,00% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juro frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186 para esse plano (limite inferior: 4,33% e limite superior: 6,58%).

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB) e as informações relativas aos investimentos providenciadas e validadas pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ).

O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo em 14/09/2016, conforme atas de reuniões, com parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

Sendo assim, a PSS e as patrocinadoras do Plano de Benefícios B optaram por manter a taxa real anual de juro de 6,00% a.a. para a avaliação atuarial de 2016.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo das patrocinadoras do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios B, realizou, em agosto de 2015, estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, apresentando o crescimento salarial de 2,50% a.a.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB). O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho Deliberativo em 29/09/2015, conforme atas de reuniões, com parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

As patrocinadoras consideram que a taxa de projeção do crescimento real dos salários apontada no estudo reflete as suas expectativas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado, de acordo com a respectiva política de Recursos Humanos.

O estudo mencionado acima tem validade de 3 anos contados a partir da data da sua realização, cabendo ao Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios – ARPB a indicação quanto à necessidade de sua realização em menor período, conforme parecer do atuário habilitado e legalmente responsável pelo plano de benefícios.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.



A adoção de um fator de 98% reflete a expectativa de uma inflação anual entre 3,4% e 5,7% a.a. aproximadamente. Considerando que as projeções futuras de inflação de longo prazo apontam para uma inflação em torno de 4,5% a 5,5%, entende-se ser adequada a manutenção de um fator de capacidade de 98%

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Benefícios B da PSS - Seguridade Social foi realizada uma análise de aderência das hipóteses.

Os resultados da análise de aderência de hipóteses realizada em agosto de 2014 indicaram a adoção da tábua de mortalidade geral AT-2000 Basic suavizada em 10% segregada por sexo e a manutenção das demais tábuas que vinham sendo adotadas.

A Willis Towers Watson recomenda o contínuo acompanhamento das ocorrências na análise de aderência.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

- Regime de Repartição Simples – Pecúlio por Morte do Ativo, Resgate e Portabilidade;
- Regime de Repartição de Capitais de Cobertura – Suplementação por Morte do Ativo, Suplementação do Auxílio-Doença e Suplementação do Auxílio-Reclusão;
- Regime de Capitalização (Método do Crédito Unitário Projetado) – Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Suplementação de Aposentadoria Especial, Suplementação de Aposentadoria por Idade, Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, Suplementação decorrente do Benefício Proporcional Diferido, Suplementação por Morte do Assistido e Pecúlio por Morte do Assistido.

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém este efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja rotatividade superior à admitida nas hipóteses atuariais.

III - Patrimônio Social

Com base no Balanço da PSS - Seguridade Social de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social atribuível às patrocinadoras solidárias do Plano de Benefícios B é de R\$ 1.746.143.025,83.

A PSS informou que todos os seus títulos do Plano de Benefícios B estão enquadrados na categoria "Títulos para Negociação".

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela PSS - Seguridade Social.



IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio Social	1.746.143.025,83
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.744.930.457,30
Provisões Matemáticas	1.484.210.470,00
Benefícios Concedidos	1.464.530.733,00
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Conta de Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.464.530.733,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.139.481.061,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	325.049.672,00
Benefícios a Conceder	19.679.737,00
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	0,00
Saldo de Contas – Parcela Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	19.619.340,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	19.651.157,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(31.817,00)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	60.397,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	65.482,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(5.085,00)
Provisão Matemática a Constituir	0,00
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Equilíbrio Técnico	260.719.987,30
Resultados Realizados	260.719.987,30
Superávit Técnico Acumulado	260.719.987,30
Reserva de Contingência	260.719.987,30
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	1.212.568,53
Fundo Previdencial	1.212.568,53
Fundo de Retirada LPD	1.212.568,53
Fundo Administrativo	0,00
Fundo de Investimento	0,00

O Fundo de Retirada LPD é constituído pelos valores individuais a serem pagos aos participantes da patrocinadora LP Displays Brasil Ltda., conforme avaliação atuarial de retirada efetuada em 30/11/2006, atualizados para 31/12/2016 de acordo com o disposto no Termo de Rescisão de Convênio de Adesão e na Nota Técnica de Retirada de patrocinadora, aprovada através de despacho da Previc publicado no D.O.U. de 21/09/2007.

Reserva de Contingência

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela fórmula $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{provisão matemática}$, o que for menor.



Considerando que a duração do passivo apurada em 31/12/2016 do Plano de Benefícios B foi de 9,02 anos, o limite de 19,02% das provisões matemáticas passa a ser o valor máximo a ser alocado em reserva de contingência. Sendo assim, foi alocado na reserva de contingência a totalidade do superávit equivalente à R\$ 260.719.987,30, cujo valor representa 17,57% das provisões matemáticas e é inferior ao limite, não tendo reserva especial para revisão de plano em 31/12/2016.

Ajuste de Precificação

Como o Plano de Benefícios B não possui títulos mantidos até o vencimento em 31/12/2016, não se aplica o ajuste de precificação.

V - Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2016.

	Valores em R\$		
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	Varição em %
Passivo Atuarial	1.484.210.470,00	1.471.125.806,84	0,89
Benefícios Concedidos	1.464.530.733,00	1.448.287.836,80	1,12
Benefícios a Conceder	19.679.737,00	22.837.970,04	-13,83

Os compromissos atuariais apurados na avaliação atuarial de 2016 variaram dentro do esperado considerando a evolução da massa de participantes (participantes que iniciaram o recebimento do benefício em 2016) e as hipóteses selecionadas.

VI - Plano de Custeio

Patrocinadoras

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras não deverão efetuar contribuições, durante o ano de 2017, visto que o custo normal apurado em 31/12/2016 com base nos dados cadastrais de 30/06/2016 é inferior as contribuições dos participantes previstas no Regulamento do plano.

As despesas administrativas serão custeadas pelos resultados dos investimentos, conforme RPGA (Regulamento do Plano de gestão Administrativa) elaborado pela PSS.

Participantes

Os participantes efetuarão contribuições conforme previsto no Regulamento do plano. Essas contribuições

foram estimadas em 31/12/2016 em 4,03% da folha de salários de participantes do plano, tomando por base os dados cadastrais posicionados em 30/06/2016.

Autopatrocínados

Os participantes do Plano de Benefícios B da PSS que perderem o vínculo empregatício com as patrocinadoras e optarem por continuar na condição de autopatrocinados deverão recolher à PSS, durante o exercício de 2017, um percentual do salário de participação de acordo com o Anexo 2 do Regulamento do Plano de Benefícios B referente à contribuição mensal do participante.

Resumo comparativo do plano de custeio

Apresentamos a seguir quadro comparativo dos percentuais indicados para 2016 com os que deverão ser praticados em 2017.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 01/01/2017)	Plano de custeio anterior
Patrocinadoras		
Normal	0,00%	5,14%
Contribuição Total das Patrocinadoras	0,00%	5,14%



VII - Conclusão

O aumento do superávit quando comparado com o exercício de 2015 decorre principalmente das oscilações favoráveis do patrimônio durante o exercício de 2016.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios B da PSS - Seguridade Social, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os padrões atuariais de prática aplicáveis.

Este parecer atuarial foi elaborado para a PSS - Seguridade Social com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a PSS - Seguridade Social em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2017.

Carla Maria Seabra Assunção Lobianco

MIBA nº 842

Thaís Lobo A. de Mendonça

MIBA nº 2.254



5.4 Demonstrativos dos Investimentos

a) Debêntures Perpétuas

O saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 39.518 (R\$ 40.918 em 2015), refere-se a 2.300 debêntures emitidas pela Hauscenter S.A., coproprietária do Edifício Word Trade Center em São Paulo (WTC), as quais estão registradas ao preço de custo, acrescido dos rendimentos contratuais auferidos até a data do balanço, e ajustadas ao valor justo, o qual foi obtido em laudo de avaliação da Cushman & Wakefield Semco, em julho de 2016. Os rendimentos distribuídos pelas debêntures e apropriados ao resultado no ano de 2016 foram de R\$ 3.809 (R\$ 4.712 no ano de 2015).

EMISSION	R\$ MIL	Percentual (%)			
		Distribuição no Plano	Rentabilidade	Índice de Referência ⁽¹⁾	Divergência não Planejada ⁽²⁾
DEBÊNTURES: Hauscenter S/A ⁽³⁾	39.518	2,21	6,13	13,18	(7,05)

(1) IPC-DI/FGV + 6,00% ao ano

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência

(3) Reavaliação realizada em Jul/16 pela Empresa Cushman Wakefield Brasil.

b) Fundos de Investimento - Renda Fixa

As rentabilidades dos fundos de renda fixa relacionados a seguir foram calculadas baseando-se nas taxas vigentes de seus títulos (marcação a mercado).

Segmento	R\$ MIL	Percentual (%)			
	Patrimônio	Distribuição no Plano	Rentabilidade Líquida	Índice de Referência ⁽¹⁾	Divergência Não Planejada ⁽²⁾
Renda Fixa					
Fundo / Gestor					
- FI Renda Fixa Plano B / Bradesco	934.525	52,37	15,47	13,18	2,29
- FI Renda Fixa Plano B II / Itaú-Unibanco	406.477	22,78	24,12	13,18	10,94
- FI Renda Fixa Plano B III / Santander	400.713	22,45	22,83	13,18	9,65
Total	1.741.715	97,60	18,85	13,18	5,67

(1) IPC-DI/FGV + 6,00% ao ano

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência.

Obs.: A composição detalhada dos fundos acima pode ser encontrada no anexo I.

c) Investimentos Imobiliários

Em novembro de 2016, a Entidade vendeu o imóvel localizado na Av. Roque Petroni Junior nº 999 (5º, 6º e 7º andares) por R\$ 31,5 milhões, gerando um ganho contábil de R\$ 5.158.

Por outro lado, o imóvel situado na Avenida Doutor Cardoso de Melo nº 1855 (conjunto 121), foi reavaliado por R\$ 2.361 pela empresa Cushman & Wakefield.

Ao final do exercício, após os eventos acima, o segmento imobiliário tinha a seguinte composição:

IMÓVEL	R\$ MIL	Percentual (%)			
		Distribuição no Plano	Rentabilidade	Índice de Referência ⁽¹⁾	Divergência não Planejada ⁽²⁾
Carteira de aluguéis e renda:					
Av. Roque Petroni Junior, 999 - 5º, 6º e 7º andares - São Paulo ⁽³⁾					
Rua Dr. Cardoso de Mello, 1.855 - conj. 121 - São Paulo	2.347	0,13	3,51	13,18	(9,67)
TOTAL⁽⁴⁾	2.347	0,13	5,99	13,18	(7,19)

(1) IPC-DI/FGV + 6,00% ao ano

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência

(3) Venda dos andares 5º, 6º e 7º no Edifício Morumbi Office Tower em 25/11/2016.

(4) Inclui também a rentabilidade do imóvel vendido.



d) Empréstimos a Participantes

Ao final do exercício a quantidade de contratos contraídos pelos Participantes era de 293. A composição desse segmento encontra-se abaixo.

Empréstimos e Financiamentos	R\$ MIL	Quantidade de Contratos	Percentual (%)			
			Distribuição no Plano	Rentabilidade	Índice de Referência ⁽¹⁾	Divergência não Planejada ⁽²⁾
Total	1.035	293	0,06	13,70	13,18	0,52

(1) IPC-DI/FGV + 6,00% ao ano

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência

e) Total do Plano (Gestão Terceirizada + Própria)

Segmento	R\$ MIL	Percentual (%)			
		Distribuição no Plano	Rentabilidade	Índice de Referência ⁽¹⁾	Divergência Não Planejada ⁽²⁾
TODOS (Item a + b + c +d)	1.784.615	100,00	18,26	13,18	5,08

(1) IPC-DI/FGV + 6,00% ao ano

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência



5.5 Demonstrativo de Gestão

5.5.1 Plano de Gestão Administrativa (PGA) - Interna

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação %
1. Custeio da Gestão Administrativa (Receitas)	4.108	3.627	13,26
1.1.Receitas	4.108	3.627	13,26
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.108	3.627	13,26
2. Despesas Administrativas	4.108	3.627	13,26
2.1.Administração Previdencial	2.862	2.485	15,17
Pessoal e encargos	1.727	1.499	15,21
Serviços de terceiros	788	727	8,39
Despesas gerais	202	138	46,38
Tributos	140	121	15,70
Depreciações e amortizações	5	-	100,00
2.2.Administração dos Investimentos	1.126	1.022	10,18
Pessoal e encargos	646	545	18,53
Serviços de terceiros	396	408	(2,94)
Despesas gerais	30	21	42,86
Tributos	52	48	8,33
Depreciações e amortizações	2	-	100,00
2.4 Outras Despesas	120	120	-
Despesas Administrativas (2) / Ativo do Plano (Item - 5.2.1)	(*) 0,23	(*) 0,22	

(*) Inferior ao limite de 0,40% estabelecido pelo Conselho Deliberativo no RPGA (Regulamento do Plano de Gestão Administrativa)

5.5.2 Gestão de Investimentos - Externa (Terceirizada)

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação %
- Custódia	637	542	17,53
- Taxa Administrativa	263	216	21,76
- Taxa Performance	-	663	(100,00)
- Taxa Fiscalização CVM	224	145	54,48
- Despesas Gerais	152	115	32,17
- Auditorias	42	25	68,00
TOTAL	1.318	1.706	(22,74)



5.6 Política de Investimentos Vigente em 2016

(Aprovada pelo Conselho Deliberativo em 30 de maio de 2016 em substituição da Política de Investimentos aprovada em 18 de dezembro de 2015)

5.6.1 Objetivos

Esta versão da Política de Investimentos, que estará em vigor durante o ano de 2016, tem como objetivo definir as diretrizes dos investimentos do Plano B da PSS, para os gestores e o custodiante dos recursos, os órgãos reguladores, os participantes e os beneficiários.

Nesse sentido ela contempla:

- Definir a alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação.
- Comunicar a taxa atuarial.
- Comunicar as metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.
- Definir a metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e legal.
- Estabelecer a metodologia para valorização dos ativos financeiros.
- Estabelecer a utilização de instrumentos derivativos.
- Esclarecer a observância de princípios de responsabilidade sócio-ambiental nos investimentos.
- Estabelecer critérios para contratação e avaliação dos gestores dos recursos.
- Comunicar as funções do custodiante dos recursos.

5.6.2 Alocação de Recursos

A estratégia para cada um dos segmentos de alocação será a seguinte:

5.6.2.1) Renda Fixa

O Plano manterá no mínimo 90% investido em renda fixa, através de fundos de investimento exclusivos, ou seja, onde a PSS é a única cotista. As carteiras desses fundos terão preponderantemente ativos indexados ao IPCA do IBGE.

Os ativos poderão ser títulos públicos federais, certificados e recibos de depósito bancários (CDBs/RDBs), depósitos a prazo com garantia especial (DPGEs), letras financeiras bancárias, debêntures, certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) e fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs).

O total dos recursos aplicados em CDBs/RDBs e letras financeiras bancárias, por emissor, não deverá ultrapassar 5% do patrimônio dos fundos. Para debêntures, DPGEs, CRIs e FIDCs esse limite será de 2% por emissor e 30% a nível consolidado de cada fundo.

Ao contrário dos títulos privados, não haverá limite quanto à alocação de títulos públicos, exceto os estaduais e municipais, cuja alocação não será permitida.

No mercado secundário os gestores deverão preferencialmente transacionar títulos através de plataformas eletrônicas, mas quando isso não for possível e

caso os preços negociados se situem fora da banda de preços da Anbima, eles deverão preparar relatório a ser encaminhado ao Conselho Fiscal da PSS nos termos da Resolução CGPC nº 21 de 25 de setembro de 2006.

Devido à solicitação em 18 de dezembro de 2015 da retirada de patrocínio do Plano por parte de todas as patrocinadoras, a partir de junho de 2016, os títulos públicos com vencimento após 2019 e os privados, existentes nas carteiras do Plano, deverão ser trocados por títulos federais indexados ao IPCA com vencimento 2018.

Além disso, os investimentos em operações compromissadas diárias não deverão ultrapassar o limite de R\$ 80 milhões, caso contrário o excedente deverá ser aplicado em títulos federais indexados ao IPCA com vencimento 2018.

5.6.2.2) Imóveis

Dado à retirada de patrocínio, a intenção é vender os imóveis existentes e investir o caixa recebido em títulos públicos federais indexados ao IPCA com prazo de vencimento 2018.

Cada imóvel deverá ter duas avaliações, sendo que, se o valor da venda, líquido de corretagem, for menor que o valor médio das avaliações, a diferença deverá ser coberta pela Philips e paga para a PSS.

5.6.2.3) Renda Variável

Face à retirada de patrocínio, pretende-se vender as debentures perpétuas existentes nesse segmento de alocação, emitidas pela Sociedade de Propósito Específico, denominada Hauscenter, que tem participação nos resultados do World Trade Center (WTC) de São Paulo. O caixa recebido deverá ser investido em títulos públicos federais indexados ao IPCA com prazo de vencimento 2018.

As debentures deverão ter duas avaliações, sendo que, se o valor líquido da venda, líquido de corretagem, for menor que o valor médio das avaliações, a diferença deverá ser coberta pela Philips e paga para a PSS.

5.6.2.4) Empréstimos a Participantes

Para esse segmento, o limite total será de 5% dos recursos do Plano.

O limite para as operações com cada um dos participantes ativos e assistidos será de cinco e duas vezes o salário/benefício respectivamente. A taxa de juros cobrada será igual a IPC/DI da FGV + 6% ao ano. Além disso, será cobrada, no ato da liberação de cada empréstimo, uma taxa administrativa.

5.6.3 Taxa Atuarial do Plano

A taxa para o cálculo atuarial de 2015, será de 6,0%, caso seja deferido pela Previc o requerimento aprovado pelo



Conselho Deliberativo em reunião extraordinária mantida em 29 de setembro de 2015. Caso contrário, será adotado 5,63% ao ano, conforme aprovação dada pelo Conselho Deliberativo em reunião ordinária realizada na mesma data.

5.6.5 Critérios de Gestão de Riscos

5.6.5.1) Risco de Crédito

Quanto ao risco de crédito dos investimentos no segmento Renda Fixa, o Plano somente poderá manter títulos avaliados por pelo menos uma das agências abaixo com as respectivas avaliações (ratings) mínimas:

Agência	Maior Ano	Até Ano
FITCH RATINGS	A-(bra)	F2+(bra)
MOODY'S INVESTOR	Aa3.br	BR-2
STANDARD & POORS	brA -	brA-2

Caso duas ou mais agências classifiquem o mesmo título, deverá ser considerada a pior avaliação, que, caso não atinja os níveis mínimos acima estabelecidos, acarretará na impossibilidade da alocação no título.

Os empréstimos a participantes da PSS, visando resguardar o risco de crédito, serão concedidos conforme as Normas de Concessão de Empréstimos aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 21/05/2007.

5.6.5.2) Risco de Liquidez

O risco de liquidez será bastante reduzido dado que grande parte dos investimentos do Plano será mantida em títulos públicos federais de renda fixa.

5.6.5.3) Risco de Mercado

A DNP do Plano e dos segmentos de investimento será calculada no intuito de quantificar os desvios dos retornos em relação à taxa mínima atuarial ou metas de rentabilidade.

5.6.5.4) Risco Operacional

Visando mitigar o risco operacional causado por falhas humanas, fraudes e fragilidade nos mecanismos de controle interno, a PSS adotará a segregação de funções entre as suas áreas, manuais de controle e auditorias externas.

5.6.5.5) Risco Legal

Para evitar inadequação dos contratos firmados pela Entidade, das alterações nos Regulamentos dos Planos de Benefício e do Estatuto da Entidade, haverá uma análise prévia por parte de advogado especializado na área de Previdência Complementar Fechada.

5.6.6 Metodologia para a Valorização dos Ativos Financeiros

Os ativos do segmento de renda fixa serão avaliados pelos respectivos custos de aquisição, a chamada "marcação na curva", ou, pelos respectivos preços de mercado, conhecida como "marcação a mercado".

Os ativos imobiliários serão reavaliados a pelo menos cada 3 anos, conforme determina a legislação.

5.6.7 Operações com Derivativos

As operações com derivativos deverão ter como objetivo a

5.6.4 Meta de Rentabilidade dos Segmentos

A meta de rentabilidade de todos os segmentos será igual à meta atuarial do Plano.

proteção de até 100% das posições em ativos de renda fixa detidas a vista.

5.6.8 Princípios de Responsabilidade Sócio-Ambiental nos Investimentos

Os gestores deverão levar em conta, para direcionar os investimentos dos fundos, também os princípios de responsabilidade sócio-ambiental das empresas.

5.6.9 Critérios para a Contratação e Avaliação dos Gestores de Investimento

Os gestores externos de investimento do segmento de renda fixa Bradesco e Itaú, dado o desempenho no biênio 2014/2015, serão mantidos para o triênio 2016/2017/2018.

Além disso, para o triênio 2016/2017/2018, o Santander foi escolhido pelo Conselho Deliberativo para substituir o BTG Pactual.

Estes gestores serão avaliados permanentemente pela Diretoria Executiva com base na solidez, tradição, capacitação técnica, carteira de clientes, nível de cumprimento desta política de investimentos e através de indicadores de desempenho.

5.6.10 Custódia

A custódia dos ativos mobiliários do Plano B será centralizada no Banco Itaú, o qual tem como responsabilidades:

- liquidação financeira dos movimentos nos fundos;
- registro e guarda dos títulos;
- valorização dos ativos e das cotas dos fundos;
- consolidação das informações para consultas.



6 Plano C

6.1 Quadro de Participantes e Assistidos

Em 31 de dezembro de 2016 a posição de participantes era:

Patrocinadora	Ativos	Assistidos	Total	
			2016	2015
Philips	1.179	349	1.528	1.680
Gibson	67	3	70	169
Sopho	-	-	-	76
Lumileds	26	-	26	-
LP Displays (*)	9	39	48	50
Atos Brasil (*)	4	19	23	24
Jabil (*)	20	1	21	21
Autopatrocínio	225	-	225	213
BPD (Vesting)	291	-	291	210
Auxílio Doença	-	14	14	21
Total	1.821	425	2.246	2.464

(*) Inclui participantes remanescentes dos planos de retirada de patrocínio

6.2 Demonstrações Financeiras

6.2.1 Demonstração do Ativo Líquido

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
1. Ativos	1.157.513	1.045.809	10,68
Disponível	134	187	(28,34)
Recebível	928	956	(2,93)
Investimento	1.156.451	1.044.666	10,70
Fundos de Investimento	1.152.238	1.038.661	10,93
Empréstimos e Financiamentos	4.213	6.005	(29,84)
2. Obrigações	1.206	1.090	10,64
Operacional	1.104	986	11,97
Contingencial	102	104	(1,92)
3. Fundos não Previdenciais	-	-	-
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.156.307	1.044.719	10,68
Provisões Matemáticas	998.957	906.561	10,19
Fundos Previdenciais	157.350	138.158	13,89
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	-	-	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-	-	-



6.2.2 Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

R\$ MIL

DESCRIÇÃO		2016	2015	Variacão (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	1.044.719	982.834	6,30
	1. Adic�es	196.211	102.422	91,57
(+)	Contribui�es Previdenciais	11.315	12.441	(9,05)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	184.894	89.975	105,49
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	2	6	(66,67)
	2. Destina�es	(84.623)	(40.537)	108,75
(-)	Benefícios	(84.623)	(40.537)	108,75
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	-
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	111.588	61.885	80,32
(+/-)	Provisões Matemáticas	92.396	54.640	69,10
(+/-)	Fundos Previdenciais	19.192	7.245	164,90
	4. Opera�es Transitórias	-	-	-
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.156.307	1.044.719	10,68
	C) Fundos não previdenciais	-	-	-

6.3 Pareceres Atuariais

6.3.1 Patrocinadoras Solidárias

Para fins da avalia o atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano de Benefícios C da PSS - Seguridade Social, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/06/2016.

Após a análise detalhada desses dados e corre es feitas pela PSS - Seguridade Social verificamos que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realiza o da avalia o atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informa es prestadas   inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informa es prestadas.

As patrocinadoras do Plano de Benefícios C, a saber: PSS - Seguridade Social, Inbraphil - Inds. Brasileiras Philips Ltda., Philips do Brasil Ltda., Lumileds Ilumina o Brasil Ltda. (ex-Philips Eletrônica do Nordeste Ltda.), Philips Medical Systems Ltda., Sopho Business Communications - Solu es Empresariais Ltda., Dixtal Tecnologia Ind. e Com. Ltda., Dixtal Biomédica Ind. e Com. Ltda., Philips Clinical Informatics - Sistemas de Informa o Ltda. e Philips Lighting Ilumina o Ltda.; são solidárias entre si no que concerne às obriga es referentes   cobertura de benefícios oferecidos pela PSS - Seguridade Social aos participantes e respectivos beneficiários desse plano. A Gibson Innovations do Brasil

Indústria Eletrônica Ltda. patrocina o plano de forma não solidária e, por essa razão, possui patrimônio segregado e custeio próprio.

Os valores informados neste parecer atuarial não incluem a patrocinadora Sopho Business Communications – Solu es Empresariais Ltda. A retirada parcial desta patrocinadora do Plano de Benefícios C foi aprovada pela Previc através do Ofício n  1611/CGAF/DITEC/PREVIC de 07/06/2016 e do extrato da Portaria Previc n  255 de 08/06/2016.

A PSS – Seguridade Social solicitou retirada de patrocínio das empresas do Grupo Philips (Inbraphil – Inds. Brasileiras Philips Ltda., Philips do Brasil Ltda., Lumileds Ilumina o Brasil Ltda., Philips Medical Systems Ltda., Dixtal Tecnologia Ind. E Com. Ltda., Dixtal Biomédica Ind. e Com. Ltda., Philips Clinical Informatics – Sistemas de Informa o Ltda. e Philips Lighting Ilumina o Ltda.), da Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda. e da PSS – Seguridade Social do Plano de Benefícios C, cujo processo encontra-se em análise da Previc.

Os resultados da avalia o atuarial apresentados a seguir estão posicionados em 31/12/2016 e referem-se às patrocinadoras solidárias.

A avalia o atuarial   qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria n  258, de 18/05/2012, publicada na D.O.U. de 21/05/2012.



I - Estatísticas

Benefícios a Conceder	30/06/2016
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	1.531
Idade média (em anos)	38
Tempo de serviço médio (em anos)	8
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹	
Número	230

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

Benefícios Concedidos	30/06/2016
Número de aposentados válidos	264
Idade média (em anos)	62
Valor médio do benefício (em reais)	9.445,75
Número de aposentados inválidos	69
Idade média (em anos)	51
Valor médio do benefício (em reais)	1.549,72
Número de pensionistas (grupos familiares)	58
Idade média (em anos)	55
Valor médio do benefício (em reais)	3.259,73

II - Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a PSS - Seguridade Social e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios C conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos da parcela de benefício definido do plano foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2016	2015
Taxa real anual de juro	5,34% a.a.	5,34% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,50% a.a.	2,50% a.a.
Projeção do crescimento real de benefício	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
- Salários	98%	98%
- Benefícios do plano	98%	98%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 ¹	AT – 2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO – 1958	CSO – 1958
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB – 1944 modificada	RRB – 1944 modificada
Tábua de Rotatividade	Experiência PSS jul/2012 a jun/2014	Experiência PSS jul/2012 a jun/2014
Tábua de Morbidez	Experiência WillisTowers Watson	Experiência WillisTowers Watson

¹ Constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%, segregada por sexo



Outras hipóteses	2016	2015
Indexador do Plano	IPC-DI	IPC-DI
Composição familiar		
- Benefícios concedidos		
- Aposentados	Cônjuge informado.	Cônjuge informado.
- Pensionistas	Família Real	Família Real
- Benefícios a conceder		
- Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
- Probabilidade de casados na aposentadoria	95%	95%
- Filhos	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é igual a (55 - idade do participante) /2	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é igual a (55 - idade do participante) /2

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juro

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, a Portaria Previc nº 186 de 28/04/2016 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela PSS para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses atuariais indicadas no Parecer Atuarial de 2015 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente aprovado.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,47% a.a. Assim, com um intervalo de confiança de 54% a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos do Plano de Benefícios C é compatível com a taxa real de juros de 5,34% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juro frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186 para esse plano (limite inferior: 4,38% e limite superior: 6,65%).

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB) e as informações relativas aos investimentos providenciadas e validadas pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ).

O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo em 14/09/2016, conforme atas de reuniões, com parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

Sendo assim, a PSS e as patrocinadoras do Plano de Benefícios C optaram por manter a taxa real anual de juro

de 5,34% a.a. para a avaliação atuarial de 2016.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo das patrocinadoras do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios C, realizou, em agosto de 2015, estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, apresentando o crescimento salarial de 2,50% a.a.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB). O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho Deliberativo em 29/09/2015, conforme atas de reuniões, com parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

As patrocinadoras consideram que a taxa de projeção do crescimento real dos salários apontada no estudo reflete as suas expectativas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado, de acordo com a respectiva política de Recursos Humanos.

O estudo mencionado acima tem validade de 3 anos contados a partir da data da sua realização, cabendo ao Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios – ARPB a indicação quanto à necessidade de sua realização em menor período, conforme parecer do atuário habilitado e legalmente responsável pelo plano de benefícios.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de



reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 98% reflete a expectativa de uma inflação anual entre 3,4% e 5,7% a.a. aproximadamente. Considerando que as projeções futuras de inflação de longo prazo apontam para uma inflação em torno de 4,5% a 5,5%, entende-se ser adequada a manutenção de um fator de capacidade de 98%.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Benefícios C da PSS - Seguridade Social foi realizada uma análise de aderência das hipóteses.

Os resultados da análise de aderência de hipóteses realizada em agosto de 2014 indicaram a adoção da tábua de rotatividade Experiência Plano de Benefícios C jun/2012 a jun/2014, da tábua de mortalidade geral AT-2000 Basic suavizada em 10% segregada por sexo e a manutenção das demais tábuas que vinham sendo adotadas.

A Willis Towers Watson recomenda o contínuo acompanhamento das ocorrências na análise de aderência.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

- Regime de Repartição de Capitais de Cobertura – Suplementação do Auxílio-Doença e Suplementação do Auxílio-Reclusão;
- Regime de Capitalização:
 - Método do Crédito Unitário Projetado - Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, Suplementação por Morte do Aposentado, Suplementação por Morte do Ativo e Pecúlio por Morte do Ativo;
 - Método de Capitalização Financeira – Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Suplementação de Aposentadoria Especial, Suplementação de Aposentadoria por Idade e Suplementação decorrente do Benefício Proporcional Diferido e Benefício Adicional.

O método atuarial adotado para avaliar os benefícios definidos do plano gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja um afluxo suficiente de novos empregados.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da PSS - Seguridade Social de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social atribuível às patrocinadoras solidárias do Plano de Benefícios C é de R\$ 1.132.683.274,29.

A PSS informou que todos os seus títulos do Plano de Benefícios C estão enquadrados na categoria “Títulos para Negociação”.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela PSS - Seguridade Social.



IV - Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio Social	1.132.683.274,29
Patrimônio de Cobertura do Plano	978.187.079,11
Provisões Matemáticas	978.187.079,11
Benefícios Concedidos	571.534.197,28
Contribuição Definida	475.858.055,28
Saldo de Conta de Assistidos	475.858.055,28
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	95.676.142,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	40.437.227,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	55.238.915,00
Benefícios a Conceder	406.652.881,83
Contribuição Definida	395.426.921,83
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	191.017.466,12
Saldo de Contas – Parcela Participantes	204.409.455,71
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	5.069.177,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	5.838.734,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(579.565,22)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(189.991,78)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	6.156.783,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	8.304.171,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(1.617.230,96)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(530.157,04)
Provisão Matemática a Constituir	0,00
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Equilíbrio Técnico	0,00
Resultados Realizados	0,00
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	154.496.195,18
Fundo Previdencial	154.496.195,18
Fundo Especial Reavaliado	149.903.391,16
Fundo Especial – Redução de Contribuições das Patrocinadoras	3.140.019,76
Fundo de Retirada Origin	20.235,12
Fundo de Retirada LPD	1.141.935,49
Fundo de Retirada Jabil	290.613,65
Fundo Administrativo	0,00
Fundo de Investimento	0,00



O Fundo Especial Reavaliado foi constituído como uma subdivisão do Fundo Especial existente em 2009 e deve ser utilizado para cobertura de impactos nos passivos atuariais devido a mudança na tábua de mortalidade, redução da taxa real anual de juro e para financiamento dos benefícios de risco.

Anualmente o valor desse fundo é redefinido pela reversão das contribuições das Patrocinadoras, às quais os participantes não tiveram direito por terem se desligado da Patrocinadora antes de se tornarem elegíveis aos benefícios do plano, da dedução dos eventos de cobertura dos benefícios de risco, das reversões de saldos de benefícios de risco concedidos e demais movimentações descritas no regulamento do Plano, além da rentabilidade dos recursos registrados no fundo.

O Fundo Especial - Redução de Contribuições das Patrocinadoras foi constituído como uma subdivisão do Fundo Especial existente em 2009 e deve ser utilizado para redução das contribuições futuras das patrocinadoras. A movimentação desse fundo se dá pela dedução dos valores utilizados na cobertura das contribuições das

Patrocinadoras uma vez que elas estão isentas de contribuir conforme definido nos planos de custeio anuais.

Os valores do Fundo Especial Reavaliado e do Fundo Especial – Redução de Contribuições das Patrocinadoras são os constantes no Balanço da PSS – Seguridade Social de 31/12/2016.

Os Fundos de Retirada Origin, LPD e Jabil foram constituídos pelos valores individuais a serem pagos aos participantes das ex-patrocinadoras conforme avaliações atuariais de retirada efetuadas em 30/09/2005, 30/11/2006 e 31/08/2007 respectivamente, atualizados para 31/12/2016 de acordo com o disposto em cada Termo de Rescisão de Convênio de Adesão e Nota Técnica de Retirada de patrocinadora, aprovadas através de despachos da Previc publicados no D.O.U., respectivamente, em 22/11/2007, de 21/09/2007 e de 08/08/2008.

Ajuste de Precificação

Como o Plano de Benefícios C não possui títulos mantidos até o vencimento em 31/12/2016, não se aplica o ajuste de precificação.

V - Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2016.

	Valores em R\$		
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	Varição em %
Passivo Atuarial	978.187.079,11	979.460.181,48	-0,13%
Benefícios Concedidos	571.534.197,28	564.889.904,96	1,18%
Contribuição Definida	475.858.055,28	475.858.055,28	-
Benefício Definido	95.676.142,00	89.031.849,68	7,46%
Benefícios a Conceder	406.652.881,83	414.570.276,52	-1,91%
Contribuição Definida	395.426.921,83	395.426.921,83	-
Benefício Definido	11.225.960,00	19.143.354,69	-41,36%

Convém ressaltar que do Passivo Atuarial de R\$ 978.187.079,11, 10,93% (R\$ 106.902.102,00) é atuarialmente determinado com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela das provisões matemáticas de benefícios concedidos e à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco do plano. Os 89,07% restantes (R\$ 871.284.977,11) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da PSS - Seguridade Social.

A provisão matemática de benefícios a conceder reduziu enquanto a provisão matemática de benefícios concedidos aumentou, quando comparadas com as provisões matemáticas evoluídas, indicando que participantes ativos iniciaram o recebimento de benefício. A provisão matemática total variou dentro do esperado (variação de -0,13%)

Os compromissos atuariais apurados na avaliação atuarial de 2016 variaram dentro do esperado considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

VI - Plano de Custeio

Patrocinadoras

As patrocinadoras utilizarão o Fundo Especial Reavaliado para financiamento dos benefícios de risco do referido plano e o Fundo Especial – Redução Contribuições das Patrocinadoras para custear as contribuições definidas previstas no regulamento do Plano de Benefícios C, durante o exercício de 2017, conforme previsto no Regulamento e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

As despesas administrativas serão custeadas pelos

resultados dos investimentos, conforme RPGA (Regulamento do Plano de Gestão Administrativa) elaborado pela PSS..

Participantes

Os participantes efetuarão contribuições conforme previsto no Regulamento do plano. Essas contribuições foram estimadas em 31/12/2016 em 6,06% da folha de salários de participantes do plano, tomando por base os dados cadastrais posicionados em 30/06/2016.



Autopatrocínados

Os participantes do Plano de Benefícios C da PSS que perderem o vínculo empregatício com a patrocinadora e optarem por continuar na condição de autopatrocinados, deverão recolher à PSS, durante o exercício de 2017, além das suas contribuições, conforme previsto no artigo 17 do Regulamento do Plano de Benefícios C, as contribuições relativas às patrocinadoras.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

VII – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela

avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios C da PSS - Seguridade Social, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os padrões atuariais de prática aplicáveis.

Este parecer atuarial foi elaborado para a PSS - Seguridade Social com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a PSS - Seguridade Social em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2017.

Carla Maria Seabra Assunção Lobianco
MIBA nº 842

Thais Lobo A. de Mendonça
MIBA nº 2.254

6.3.2 Patrocinadora Não Solidária

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano de Benefícios C da PSS - Seguridade Social, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/06/2016.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela PSS - Seguridade Social verificamos que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras do Plano de Benefícios C, a saber: PSS - Seguridade Social, Inbraphil - Inds. Brasileiras Philips Ltda., Philips do Brasil Ltda., Lumileds Iluminação Brasil Ltda. (ex-Philips Eletrônica do Nordeste Ltda.), Philips Medical Systems Ltda., Sopho Business Communications - Soluções Empresariais Ltda., Dixtal Tecnologia Ind. e Com. Ltda., Dixtal Biomédica Ind. e Com. Ltda., Philips Clinical Informatics - Sistemas de Informação Ltda. e Philips Lighting Iluminação Ltda.; são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela PSS - Seguridade Social aos participantes e respectivos beneficiários desse plano. A patrocinadora Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda. patrocina o plano de forma não solidária e, por essa razão, possui patrimônio segregado e custeio próprio.

Os valores informados neste parecer atuarial não incluem a patrocinadora Sopho Business Communications – Soluções Empresariais Ltda. A retirada parcial desta patrocinadora do Plano de Benefícios C foi aprovada pela Previc através do Ofício nº 1611/CGAF/DITEC/PREVIC de 07/06/2016 e do extrato da Portaria Previc nº 255 de 08/06/2016.

A PSS – Seguridade Social solicitou retirada de patrocínio das empresas do Grupo Philips (Inbraphil – Inds. Brasileiras Philips Ltda., Philips do Brasil Ltda., Lumileds Iluminação Brasil Ltda., Philips Medical Systems Ltda., Dixtal Tecnologia Ind. E Com. Ltda., Dixtal Biomédica Ind. e Com. Ltda. e Philips Clinical Informatics – Sistemas de Informação Ltda. e Philips Lighting Iluminação Ltda.), da Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda. e da PSS – Seguridade Social do Plano de Benefícios C, cujo processo encontra-se em análise da Previc.

Os resultados da avaliação atuarial apresentados a seguir estão posicionados em 31/12/2016 e referem-se à patrocinadora Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 258, de 18/05/2012, publicada na D.O.U. de 21/05/2012.



I - Estatísticas

Benefícios a Conceder	30/06/2016
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	91
Idade média (em anos)	39
Tempo de serviço médio (em anos)	11
Participantes em aguardo de benefício proporcional ⁽¹⁾	
Número	13

(1) Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

Benefícios Concedidos	30/06/2016
Número de aposentados válidos	1
Idade média (em anos)	59
Valor médio do benefício (em reais)	521,07
Número de aposentados inválidos	2
Idade média (em anos)	44
Valor médio do benefício (em reais)	611,00
Número de pensionistas (grupos familiares)	0
Idade média (em anos)	0
Valor médio do benefício (em reais)	0

II - Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a PSS - Seguridade Social e contam com o aval da Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda. conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos da parcela de benefício definido do plano foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2016	2015
Taxa real anual de juro	5,34% a.a.	5,34% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,50% a.a.	2,50% a.a.
Projeção do crescimento real de benefício	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
- Salários	98%	98%
- Benefícios do plano	98%	98%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 ¹	AT – 2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO – 1958	CSO – 1958
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB – 1944 modificada	RRB – 1944 modificada
Tábua de Rotatividade	Experiência PSS jul/2012 a jun/2014	Experiência PSS jul/2012 a jun/2014
Tábua de Morbidez	Experiência Willis Towers Watson	Experiência Willis Towers Watson

¹Constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%, segregada por sexo

Outras hipóteses	2016	2015
Indexador do Plano	IPC-DI	IPC-DI
Composição familiar		
- Benefícios concedidos		
- Aposentados	Cônjuge informado.	Cônjuge informado.
- Pensionistas	Família Real	Família Real
- Benefícios a conceder		
- Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
- Probabilidade de casados na aposentadoria	95%	95%
- Filhos	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é igual a (55 - idade do participante) / 2	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é igual a (55 - idade do participante) / 2



A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juro

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, a Portaria Previc nº 186 de 28/04/2016 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela PSS para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses atuariais indicadas no Parecer Atuarial de 2015 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente aprovado.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,47% a.a. Assim, com um intervalo de confiança de 54% a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos do Plano de Benefícios C é compatível com a taxa real de juros de 5,34% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juro frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186 para esse plano (limite inferior: 4,38% e limite superior: 6,65%).

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB) e as informações relativas aos investimentos providenciadas e validadas pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ).

O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo em 14/09/2016, conforme atas de reuniões, com parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

Sendo assim, a PSS e as patrocinadoras do Plano de Benefícios C optaram por manter a taxa real anual de juro de 5,34% a.a. na avaliação atuarial de 2016.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo das patrocinadoras do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios C, realizou, em agosto de 2015, estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, apresentando o crescimento salarial de 2,50% a.a.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB). O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho Deliberativo em 29/09/2015, conforme atas de reuniões, com parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

As patrocinadoras consideram que a taxa de projeção do crescimento real dos salários apontada no estudo reflete as suas expectativas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado, de acordo com a respectiva política de Recursos Humanos.

O estudo mencionado acima tem validade de 3 anos contados a partir da data da sua realização, cabendo ao Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios – ARPB a indicação quanto à necessidade de sua realização em menor período, conforme parecer do atuário habilitado e legalmente responsável pelo plano de benefícios.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 98% reflete a expectativa de uma inflação anual entre 3,4% e 5,7% a.a. aproximadamente. Considerando que as projeções futuras de inflação de longo prazo, apontam para uma inflação em torno de 4,5% a 5,5%, entende-se ser adequada a manutenção de um fator de capacidade de 98%.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Benefícios C da PSS - Seguridade Social foi realizada uma análise de aderência das hipóteses.

Os resultados da análise de aderência de hipóteses realizada em agosto de 2014 indicaram a adoção da tábua de rotatividade Experiência Plano de Benefícios C jun/2012 a jun/2014, da tábua de mortalidade geral AT-2000 Basic suavizada em 10% segregada por sexo e a manutenção das demais tábuas que vinham sendo adotadas.



A Willis Towers Watson recomenda o contínuo acompanhamento das ocorrências na análise de aderência.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

- Regime de Repartição de Capitais de Cobertura – Suplementação do Auxílio-Doença e Suplementação do Auxílio-Reclusão;
- Regime de Capitalização:
 - Método do Crédito Unitário Projetado - Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, Suplementação por Morte do Aposentado, Suplementação por Morte do Ativo e Pecúlio por Morte do Ativo;
 - Método de Capitalização Financeira – Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Suplementação de Aposentadoria Especial, Suplementação de Aposentadoria por Idade e Suplementação decorrente do Benefício Proporcional Diferido e Benefício Adicional.

O método atuarial adotado para avaliar os benefícios definidos do plano gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja um afluxo suficiente de novos empregados.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da PSS - Seguridade Social de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social atribuível à patrocinadora Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda. do Plano de Benefícios C é de R\$ 23.624.160,07.

A PSS informou que todos os seus títulos do Plano de Benefícios C estão enquadrados na categoria “Títulos para Negociação”.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela PSS - Seguridade Social.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio Social	23.624.160,07
Patrimônio de Cobertura do Plano	20.769.941,13
Provisões Matemáticas	20.769.941,13
Benefícios Concedidos	364.226,73
Contribuição Definida	95.507,73
Saldo de Conta de Assistidos	95.507,73
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	268.719,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	9.444,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	259.275,00
Benefícios a Conceder	20.405.714,40
Contribuição Definida	19.897.196,40
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	9.683.930,25
Saldo de Contas – Parcela Participantes	10.213.266,15
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	220.628,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	237.041,19
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(14.110,74)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(2.302,45)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	287.890,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	361.816,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(63.555,63)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(10.370,37)
Provisão Matemática a Constituir	0,00
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Equilíbrio Técnico	0,00
Resultados Realizados	0,00
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00

**Valores em R\$**

Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	2.854.218,94
Fundo Previdencial	2.854.218,94
Fundo Especial Reavaliado	2.302.680,57
Fundo Especial – Redução de Contribuições das Patrocinadoras	551.538,37
Fundo Administrativo	0,00
Fundo de Investimento	0,00

O Fundo Especial Reavaliado foi constituído como uma subdivisão do Fundo Especial Reavaliado existente em 2015 para a patrocinadora Gibson e deve ser utilizado para cobertura de impactos nos passivos atuariais devido a mudança na tábua de mortalidade, redução da taxa real anual de juro e para financiamento dos benefícios de risco.

Anualmente o valor desse fundo é redefinido pela reversão das contribuições das Patrocinadoras, às quais os participantes não tiveram direito por terem se desligado da Patrocinadora antes de se tornarem elegíveis aos benefícios do plano, da dedução dos eventos de cobertura dos benefícios de risco, das reversões de saldos de benefícios de risco concedidos e demais movimentações descritas no regulamento do Plano, além da rentabilidade dos recursos registrados no fundo.

O Fundo Especial - Redução de Contribuições das Patrocinadoras foi constituído como uma subdivisão do Fundo Especial existente em 2015 para a patrocinadora Gibson e deve ser utilizado para redução das contribuições futuras da patrocinadora. A movimentação desse fundo se dá pela dedução dos valores utilizados na cobertura das contribuições futuras da Patrocinadora uma vez que ela está isenta de contribuir conforme definido no plano de custeio anual.

Os valores do Fundo Especial Reavaliado e do Fundo Especial – Redução de Contribuições da Patrocinadora são os constantes no Balanço da PSS – Seguridade Social de 31/12/2016.

Ajuste de Precificação

Como o Plano de Benefícios C não possui títulos mantidos até o vencimento em 31/12/2016, não se aplica o ajuste de precificação.

V - Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2016.

	Valores em R\$		
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	Varição em %
Passivo Atuarial	20.769.941,13	21.373.340,81	-2,82%
Benefícios Concedidos	364.226,73	569.519,49	-36,05%
Contribuição Definida	95.507,73	95.507,73	-
Benefício Definido	268.719,00	474.011,76	-43,31%
Benefícios a Conceder	20.405.714,40	20.803.821,32	-1,91%
Contribuição Definida	19.897.196,40	19.897.196,40	-
Benefício Definido	508.518,00	906.624,92	-43,91%

Convém ressaltar que do Passivo Atuarial de R\$ 20.769.941,13, 3,74% (R\$ 777.237,00) é atuarialmente determinado com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela das provisões matemáticas de benefícios concedidos e à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco do plano. Os 96,26% restantes (R\$ 19.992.704,13) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da PSS - Seguridade Social.

Os compromissos atuariais apurados na avaliação atuarial de 2016 variaram dentro do esperado considerando a evolução da massa de participantes (redução do número de participantes no exercício de 2016) e as hipóteses selecionadas.

VI - Plano de Custeio

Patrocinadoras

A patrocinadora Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda. utilizará o Fundo Especial Reavaliado para financiamento dos benefícios de risco do referido plano e o Fundo Especial – Redução de Contribuições das Patrocinadoras para custear as contribuições definidas previstas no regulamento do Plano de Benefícios C, durante o exercício de 2017, conforme previsto no Regulamento e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

As despesas administrativas serão custeadas pelos resultados dos investimentos, conforme RPGA (Regulamento do Plano de gestão Administrativa) elaborado pela PSS.



Participantes

Os participantes efetuarão contribuições conforme previsto no Regulamento do plano. Essas contribuições foram estimadas em 31/12/2016 em 5,85% da folha de salários de participantes do plano, tomando por base os dados cadastrais posicionados em 30/06/2016.

Autopatrocínados

Os participantes do Plano de Benefícios C da PSS que perderem o vínculo empregatício com a patrocinadora Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda. e optarem por continuar na condição de autopatrocinados, deverão recolher à PSS, durante o exercício de 2017, além das suas contribuições, conforme previsto no artigo 17 do Regulamento do Plano de Benefícios C, as contribuições relativas às patrocinadoras.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas

neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

VII – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios C da PSS - Seguridade Social, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os padrões atuariais de prática aplicáveis.

Este parecer atuarial foi elaborado para a PSS - Seguridade Social com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a PSS - Seguridade Social em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2017.

Carla Maria Seabra Assunção Lobianco

MIBA nº 842

Thais Lobo A. de Mendonça

MIBA nº 2.254



6.4 Demonstrativos dos Investimentos

a) Fundos de Investimento

a.1) Renda Fixa

As rentabilidades dos fundos de renda fixa relacionados a seguir foram calculadas baseando-se nas taxas vigentes no mercado de seus títulos ("marcação a mercado"):

Segmento	R\$ MIL	Percentual (%)			
	Patrimônio	Distribuição no Plano	Rentabilidade Líquida	Índice de Referência	Divergência Não Planejada ⁽¹⁾
RENDA FIXA - INDEXADA À INFLAÇÃO AO SELIC					
Fundo / Gestor					
- Fundo de Investimento Lion / HSBC ^{(2) (4)}	423.734	36,64	13,86	16,27	(2,41)
- Fidelidade L / HSBC ⁽⁵⁾	-	-	8,69	8,84	(0,15)
- Futuro Previdenciário / Itaú ⁽⁵⁾	-	-	8,73	8,84	(0,11)
- Ideal / Sul América ⁽⁵⁾	-	-	8,47	8,84	(0,37)
- Fundo de Investimento Tiger / Santander ^{(2) (3)}	423.819	36,65	13,79	16,27	(2,48)
- Multiply / Santander ⁽⁵⁾	-	-	8,34	8,84	(0,50)
- Life / Santander ⁽⁵⁾	-	-	8,13	8,84	(0,71)
FIC FOX	847.553	73,29	15,81	16,27	(0,46)
RENDA FIXA - INDEXADA AO SELIC					
Fundo / Gestor					
- Fundo de Investimento Lion / HSBC	81.619	7,06	13,86	14,02	(0,16)
- Fundo de Investimento Tiger / Santander	81.788	7,07	13,79	14,02	(0,23)
FIC FOX II	163.407	14,13	13,83	14,02	(0,19)

(1) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência.

(2) Esse fundo, tem como cotistas os Fundos de Investimento em cotas (FIC) Fox e o (FIC) Fox II, geridos pela Sul América Investimentos DTVM S/A, os quais têm como único cotista a PSS.

(3) A partir 01/07/2016 o FI Tiger, incorporou o FI Multiply (Santander) e o FI Life (Santander).

(4) A partir 01/07/2016 o FI Lion, incorporou o FI Fidelidade L (HSBC), o FI Futuro Previdenciário (Itaú) e o FI Ideal (Sul América).

(5) Rentabilidade líquida semestral (1º semestre de 2.016).

Obs: A composição detalhada dos fundos acima pode ser encontrada no anexo I

a.2) Ações

As rentabilidades dos fundos de renda variável (ações) relacionados a seguir foram calculadas baseando-se nas taxas vigentes no mercado de seus títulos ("marcação a mercado"):

Segmento	R\$ MIL	Percentual (%)			
	Patrimônio	Distribuição no Plano	Rentabilidade Líquida	Índice de Referência ⁽¹⁾	Divergência não Planejada ⁽²⁾
Renda Variável					
Fundo / Gestor					
- FIA Bradesco Ideal / Bradesco ^{(3) (5)}	70.210	6,07	34,19	38,94	(4,75)
- Life / Western ⁽⁶⁾	-	-	16,94	18,86	(1,92)
- Luxor / Itaú-Unibanco ⁽⁶⁾	-	-	15,91	18,86	(2,95)
- FIA Multiply Variable / BNP Paribas ^{(3) (4)}	71.068	6,15	37,64	38,94	(1,30)
- Previdência B / BNP Paribas ⁽⁷⁾	-	-	15,77	18,86	(3,09)
FIC EAGLE	141.278	12,22	37,09	38,94	(1,85)

(1) 100% IBOVESPA

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência.

(3) Esse fundo, tem como único cotista o Fundo de Investimento em cotas (FIC) Eagle, gerido pela Sul América Investimentos DTVM S/A, o qual tem como único cotista a PSS.

(4) A partir 11/04/2016 o FIA Multiply incorporou o FIA Previdência B (BNP Paribas).

(5) A partir 01/07/2016 o FIA Ideal incorporou o FIA Luxor (Itaú) e FIA Life (Western).

(6) Rentabilidade líquida semestral (1º semestre de 2.016).

(7) Rentabilidade líquida até 10 de abril de 2.016.

Obs: A composição detalhada dos fundos acima pode ser encontrada no anexo II

b) Empréstimos a Participantes

Ao final do exercício a quantidade de contratos contraídos pelos Participantes era de 286. A composição desse segmento encontra-se abaixo.

Empréstimos e Financiamentos	R\$ MIL	Quantidade de Contratos	Percentual (%)			
			Distribuição no Plano	Rentabilidade	Índice de Referência ⁽¹⁾	Divergência não Planejada ⁽²⁾
Total	4.213	286	0,36	13,91	12,47	1,44

(1) IPC-DIIFGV + 5,34% ao ano

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência



6.5 Rentabilidade por Perfil de Investimento

6.5.1 Rentabilidade Nominal

Perfil /Período	Rentabilidade Acumulada				
	1 ano	2 anos	3 anos	7 anos	12 anos
Curto Prazo ⁽⁴⁾	13,83%	28,58%	-	-	-
Ultraconservador ⁽²⁾	15,81%	32,49%	51,09%	127,96%	-
Conservador	20,34%	30,94%	44,83%	97,19%	345,15%
Moderado	23,65%	29,50%	39,88%	75,80%	321,90%
Agressivo	26,90%	27,78%	34,68%	55,95%	294,84%
Selic	14,01%	29,18%	43,27%	106,09%	290,41%
Bovespa	38,90%	20,43%	16,92%	-12,20%	129,88%
CDI	14,01%	29,10%	43,09%	105,31%	287,98%
Cademeta de Poupança	8,35%	16,96%	25,17%	62,84%	139,76%
Cademeta de Poupança MP 567/12 ⁽³⁾	8,35%	16,96%	25,19%	-	-
IPC-DI + 6% ao ano ⁽¹⁾	13,18%	32,44%	49,93%	137,80%	294,55%

(1) Coeficiente atuarial do plano corrigido pelo IPC-DI da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

(2) Perfil desde jan/2010

(3) Medida Provisória nº 567/2012 que alterou as regras da poupança para novos depósitos feitos a partir de 04/05/2012

(4) Perfil desde jan/2015

Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura.

6.5.2 Rentabilidade real acumulada e média (*)

Valores em %

PERÍODO	CURTO PRAZO		ULTRA CONSERVADOR		CONSERVADOR		MODERADO		AGRESSIVO	
	ANO	ACUM.	ANO	ACUM.	ANO	ACUM.	ANO	ACUM.	ANO	ACUM.
1997					18,4	18,4	21,4	21,4	24,0	24,0
1998					14,5	35,6	6,8	29,6	-1,1	22,7
1999					32,3	79,3	46,7	90,1	62,4	99,3
2000					9,4	96,2	7,9	105,1	6,2	111,5
2001					5,0	106,0	1,9	109,0	-1,3	108,9
2002					1,3	108,6	-2,3	104,1	-6,0	96,3
2003					21,0	152,4	27,3	159,9	33,8	162,7
2004					10,5	178,9	11,5	189,7	12,5	195,5
2005					15,2	221,2	18,3	242,6	21,2	258,2
2006					19,3	283,2	22,0	317,9	24,5	346,0
2007					17,3	349,5	22,2	410,7	27,3	467,6
2008					-6,2	321,7	-14,6	336,4	-22,9	337,6
2009					22,1	414,9	30,9	471,2	40,2	513,3
2010			11,6	11,6	8,5	458,8	6,3	506,9	3,9	537,4
2011			6,7	19,1	0,8	463,3	-3,5	485,7	-7,7	488,3
2012			17,8	40,3	15,8	552,3	14,3	569,5	12,7	563,0
2013			-14,7	19,7	-14,8	455,7	-14,9	469,7	-15,1	462,9
2014			6,8	27,8	3,5	475,2	1,1	476,0	-1,3	455,6
2015	2,3	2,3	3,6	32,4	-1,4	467,1	-5,2	446,0	-8,8	406,7
2016	0,6	2,9	2,3	35,4	6,3	502,9	9,3	496,8	12,1	468,0
Média Anual	1,4		4,4		9,4		9,3		9,1	

(*) Acima da inflação do período medida pelo IPC-DI (FGV)

Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura.



6.6 Demonstrativo de Gestão

6.6.1 Plano de Gestão Administrativa (PGA) - Interna

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação %
I. Custeio da Gestão Administrativa (Receitas)	2.759	2.532	8,97
I.1. Receitas	2.759	2.532	8,97
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.759	2.532	8,97
2. Despesas Administrativas	2.759	2.532	8,97
2.1. Administração Previdencial	1.921	1.821	5,49
Pessoal e encargos	1.160	1.098	5,65
Serviços de terceiros	528	533	(0,94)
Despesas gerais	136	101	34,65
Tributos	94	89	5,62
Depreciações e amortizações	3	-	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	718	631	13,79
Pessoal e encargos	412	335	22,99
Serviços de terceiros	252	254	(0,79)
Despesas gerais	20	13	53,85
Tributos	33	29	13,79
Depreciações e amortizações	1	-	100,00
2.4. Outras Despesas	120	80	50,00
Despesas Administrativas (2) / Ativo do Plano (Item 6.2.1)	(*) 0,24	(*) 0,24	

(*) Inferior ao limite de 0,40% estabelecido pelo Conselho Deliberativo no RPGA (Regulamento do Plano de Gestão Administrativa)

6.6.2 Gestão de Investimentos - Externa (Terceirizada)

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação %
- Taxa Administrativa	1.238	1.044	18,58
- Taxa Performance	236	58	306,90
- Corretagem	700	530	32,08
- Custódia	436	361	20,78
- Despesas Gerais	324	278	16,55
- Taxa Fiscalização CVM	369	295	25,08
- Auditorias	105	83	26,51
TOTAL	3.408	2.649	28,65

6.7 Política de Investimentos Vigente em 2016

(Aprovada pelo Conselho Deliberativo em 28 de março de 2016)

6.7.1 Objetivos

Esta versão da Política de Investimentos, que estará em vigor durante o segundo semestre do ano de 2016, tem como objetivo definir as diretrizes dos investimentos do Plano C da PSS, para os gestores e o custodiante dos recursos, os órgãos reguladores, os participantes e os beneficiários.

Nesse sentido ela contempla:

- Definir a alocação dos recursos do Plano e os limites por segmento de aplicação.
- Explicar a alocação dos recursos dos participantes em carteiras virtuais.
- Comunicar as metas de rentabilidade (índices de

referência) para cada segmento de aplicação.

- Definir a metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e legal.
- Estabelecer a metodologia para valorização dos ativos financeiros.
- Estabelecer a utilização de instrumentos derivativos.
- Esclarecer a observância de princípios de responsabilidade sócio-ambiental nos investimentos.
- Estabelecer critérios para contratação e avaliação dos gestores dos recursos.
- Comunicar as funções do custodiante dos recursos.



6.7.2 Alocação de Recursos

Os recursos do Plano C serão alocados nos segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável, através dos chamados fundos de investimentos exclusivos, ou seja, onde a PSS é a única cotista. Adicionalmente, haverá alocação de recursos nos segmentos de Empréstimos a Participantes. As alocações ocorrerão, conforme os limites abaixo:

6.7.2.1) Renda Fixa

No máximo 100% e no mínimo 50% dos recursos do Plano estarão alocados nesse segmento.

Os ativos poderão ser títulos públicos federais, certificados e recibos de depósito bancários (CDBs/RDBs), depósitos a prazo com garantia especial (DPGEs), letras financeiras bancárias, debêntures, certificados de recebíveis imobiliários (CRLs) e fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs).

O total dos recursos aplicados em CDBs/RDBs e letras financeiras bancárias, por emissor, não deverá ultrapassar 5% do patrimônio dos fundos. Para debêntures, DPGEs, CRLs e FIDCs esse limite será de 2% por emissor e 30% a nível consolidado de cada fundo.

Ao contrário dos títulos privados, não haverá limite quanto à alocação de títulos públicos, exceto os estaduais e municipais, cuja alocação não será permitida.

No mercado secundário os gestores deverão preferencialmente transacionar títulos através de plataformas eletrônicas, mas quando isso não for possível e caso os preços negociados se situem fora da banda de preços da Anbima, eles deverão preparar relatório a ser encaminhado ao Conselho Fiscal da PSS nos termos da Resolução CGPC nº 21 de 25 de setembro de 2006.

Devido à solicitação em 18 de dezembro de 2015 da retirada de patrocínio do Plano por parte de todas as patrocinadoras, durante 2016 todos os títulos privados existentes nas carteiras do Plano deverão ser vendidos.

6.7.2.2) Renda Variável

No máximo 50% dos recursos do Plano estarão alocados nesse segmento.

As aplicações serão principalmente através de fundos de ações cotadas na BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo). Esses fundos, numa proporção menor (até 33% do patrimônio), poderão possuir também títulos de renda fixa, ou seja, os mencionados no item 6.7.2.1.

Não será permitido aos fundos alugar os títulos mantidos em suas carteiras.

As operações de compra ou venda de ações deverão ter no mínimo 80% de devolução da taxa padrão de corretagem da BOVESPA.

Dentro de um mesmo fundo exclusivo não serão permitidas operações de Day Trade.

6.7.2.3) Empréstimos a Participantes

No máximo 5% dos recursos do Plano estarão alocados nesse segmento.

O limite para as operações com cada participante ativo ou assistido será de cinco e duas vezes o salário/benefício do mesmo respectivamente. A taxa de juros cobrada será igual a IPC/DI da FGV + 6% ao ano. Além disso, será cobrada, no ato da liberação de cada empréstimo, uma taxa administrativa.

6.7.3 Carteiras Virtuais dos Participantes

Conforme a opção de cada participante, os investimentos serão alocados em uma das cinco carteiras virtuais previstas no regulamento do Plano, de acordo com o tipo de perfil de investimento (curto prazo, ultraconservador, conservador, moderado e agressivo). Conseqüentemente, o saldo de investimento do participante será dividido da seguinte maneira, dependendo da opção:

6.7.3.1 Curto Prazo e Ultraconservador: 100% em renda fixa, principalmente indexada ao Selic e/ou CDI.

6.7.3.2 Conservador: 80% em renda fixa, principalmente indexada ao Selic e/ou CDI, e 20% em ações.

6.7.3.3 Moderado: 65% em renda fixa, principalmente indexada ao Selic e/ou CDI, e 35% em ações.

6.7.3.4 Agressivo: 50% em renda fixa, principalmente indexada ao Selic e/ou CDI, e 50% em ações.

Haverá ainda um outro tipo de carteira virtual, denominada Fundo Especial, que será composta preponderantemente por recursos dos participantes que se retiraram do Plano, mas não resgataram, nos termos do regulamento do plano de benefícios, e por parte relativa às contribuições da patrocinadora. Do total dos recursos dessa carteira no mínimo 80% será aplicado no segmento de renda fixa.

6.7.4 Metas de Rentabilidade dos Segmentos (Índices de Referência)

Com a finalidade de estabelecer os retornos esperados para os segmentos de investimento ficam estabelecidas as seguintes metas de rentabilidade:

6.7.4.1) Renda Fixa Indexada ao Selic e/ou CDI (Taxa Interbancária Diária)

Para esse segmento será adotado como meta de rentabilidade a taxa SELIC, que corresponde a taxa média ponderada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais.

Embora não seja a meta de rentabilidade do segmento, a título de esclarecimento a chamada taxa CDI, que geralmente apresenta valor bem próximo ao da taxa SELIC, corresponde a média das taxas das operações transacionadas num único dia, lastreadas em títulos privados.



6.7.4.2) Renda Variável

Para esse segmento será adotada como meta de rentabilidade o índice IBOVESPA, que mede a rentabilidade de uma carteira teórica composta pelas principais ações negociadas na Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo). A seleção das ações componentes do IBOVESPA é feita com base em seu valor de mercado em circulação e sua negociabilidade.

6.7.4.3) Empréstimos a Participantes

Para os recursos alocados nesse segmento será adotada como meta de rentabilidade o IPC- DI da FGV mais 6 % ao ano.

6.7.5 Critérios de Gestão de Riscos

6.7.5.1) Risco de Crédito

Quanto ao risco de crédito dos investimentos no segmento de Renda Fixa, o Plano somente poderá manter títulos avaliados por pelo menos uma das agências abaixo com as respectivas avaliações (ratings) mínimas:

Agência	Maior 1 Ano	Até 1 Ano
FITCH RATINGS	A-(bra)	F2+(bra)
MOODY'S INVESTOR	Aa3.br	BR-2
STANDARD & POORS	brA -	brA-2

Caso duas ou mais agências classifiquem o mesmo crédito, deverá ser considerada a pior avaliação, que, caso não atinja os níveis mínimos acima estabelecidos, acarretará na impossibilidade da sua manutenção.

Os empréstimos a participantes da PSS, visando resguardar o risco de crédito, serão concedidos conforme as Normas de Concessão de Empréstimos aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 21/05/2007.

6.7.5.2) Risco de Liquidez

O Plano manterá alta liquidez, uma vez que os ativos serão principalmente títulos públicos e ações cotadas em bolsa. Portanto, praticamente não haverá risco do Plano deixar de cumprir suas obrigações por não conseguir vender seus ativos (liquidez).

6.7.5.3) Risco de Mercado

Para evitar grandes desvios de retorno em relação às metas de rentabilidade estabelecidas nos itens 6.7.4.1 e 6.7.4.2, os fundos exclusivos de renda fixa indexados ao SELIC/CDI e os de renda variável, terão com 95% de intervalo de confiança os limites de VAR Relativo Paramétrico de 0,2% ao mês e 20% ao ano respectivamente.

6.7.5.4) Risco Operacional

Visando mitigar o risco operacional causado principalmente por falhas humanas, fraudes e fragilidade nos mecanismos de controle interno, a PSS adotará a segregação de funções entre as suas áreas, manuais de controle e auditorias externas.

6.7.5.5) Risco Legal

Para evitar inadequação dos contratos firmados pela Entidade, das alterações nos Regulamentos dos Planos de Benefício e do Estatuto da Entidade, sempre haverá uma análise prévia por parte de advogado especializado na área de Previdência Complementar Fechada.

6.7.6 Metodologia para a Valorização dos Ativos Financeiros

Os preços dos ativos serão valorizados pelo custodiante de acordo com os níveis vigentes no Mercado, ou seja, será feita a chamada "marcação a mercado".

6.7.7 Operações com Derivativos

As operações com derivativos deverão ter como objetivo a proteção de até 100% das posições em ativos de renda fixa e renda variável detidas a vista.

6.7.8 Princípios de Responsabilidade Sócio-Ambiental nos Investimentos

Os gestores deverão levar em conta, para direcionar os investimentos dos fundos, também os princípios de responsabilidade sócio-ambiental das empresas.

6.7.9 Critérios para Avaliação e Contratação de Gestores

Dado que o segmento de renda fixa passa a ter como benchmark somente o Selic/CDI, serão mantidos os gestores HSBC e o Santander, que já fazem a gestão de fundos da PSS com essa característica. As carteiras dos demais fundos de renda fixa, cujos benchmarks são indexados à inflação (IMAB5), serão incorporados pelos fundos destes dois gestores.

Por outro lado, por uma questão de economia de escala, no segmento de renda variável passam a existir somente dois gestores, o BNP Paribas e o Bradesco, cujas performances vem se destacando. As carteiras dos demais fundos de renda variável, serão incorporados pelos fundos destes dois gestores.

Os gestores de investimento mencionados acima, serão mantidos para o triênio 2016/2017/2018 e avaliados permanentemente pela Diretoria Executiva com base na solidez, tradição, capacitação técnica, carteira de clientes, nível de cumprimento desta política de investimentos e através de indicadores de desempenho, tais como rentabilidade obtida e seu desvio em relação às metas de rentabilidade.



A ocorrência de mais de dois desenquadramentos voluntários anuais de risco poderá provocar o descredenciamento do gestor a qualquer tempo, a critério da Diretoria Executiva.

6.7.10 Custódia

A custódia e controladoria dos ativos de todos os fundos do

Plano C será centralizada no Banco Itaú, o qual tem como responsabilidades:

- liquidação financeira dos movimentos nos fundos;
- registro e guarda dos títulos;
- valorização dos ativos e das cotas dos fundos;
- consolidação das informações para consultas.



7 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores
PSS - Seguridade Social

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PSS - Seguridade Social ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PSS - Seguridade Social e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Processo de retirada total de Patrocínio

Chamamos atenção para a Nota explicativa I e II, que em dezembro de 2015 as Patrocinadoras da Entidade

comunicaram a decisão de rescindir os convênios de adesões retirando-se dos Planos B e C da Entidade. Os processos de retirada integral foram aprovados pelos Órgãos Estatutários da Entidade (Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo) e comunicados à PREVIC, a qual adicionalmente, solicitou novas exigências operacionais e regulatórias. Até a data da conclusão do exame de auditoria, os referidos processos permanecem sob avaliação da PREVIC. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Luiz Antonio Fossa

Contador CRC ISP196161/O-8



I - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

Ativo	2016	2015	Passivo e Patrimônio Social	2016	2015
Disponível	<u>378</u>	<u>240</u>	Exigível Operacional (Nota 7)	<u>3.398</u>	<u>3.132</u>
Realizável	<u>2.946.065</u>	<u>2.685.192</u>	Gestão Previdencial	2.629	2.424
Gestão Previdencial (Nota 4)	3.447	3.444	Gestão Administrativa	411	334
Gestão Administrativa (Nota 5)	1.552	1.475	Investimentos	358	374
Investimentos (Nota 6)	<u>2.941.066</u>	<u>2.680.273</u>	Exigível Contingencial (Nota 8)	<u>40.595</u>	<u>40.713</u>
Debêntures (Nota 6a)	39.518	40.918	Gestão Previdencial	39.454	39.572
Fundos de Investimentos (Nota 6b)	2.893.953	2.597.129	Gestão Administrativa	1.141	1.141
Investimentos Imobiliários (Nota 6e)	2.347	35.009	Patrimônio Social	<u>2.902.450</u>	<u>2.641.587</u>
Empréstimos e Financiamentos (Nota 6f)	5.248	7.217	Patrimônio de Cobertura do Plano	<u>2.743.887</u>	<u>2.502.409</u>
			Provisões Matemáticas (Nota 9)	<u>2.483.167</u>	<u>2.337.704</u>
			Benefícios Concedidos	2.036.429	1.898.614
			Benefícios a Conceder	446.738	439.090
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-
			Equilíbrio Técnico (Nota 10)	<u>260.720</u>	<u>164.705</u>
			Resultados Realizados	260.720	164.705
			Superávit Técnico Acumulado	260.720	164.705
			Fundos (Nota 11)	<u>158.563</u>	<u>139.178</u>
Total do Ativo	2.946.443	2.685.432	Total do Passivo	2.946.443	2.685.432



II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO		2016	2015	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	2.641.587	2.522.572	4,72
	1. Adições	489.446	291.768	67,75
(+)	Contribuições Previdenciais	11.388	12.508	(8,95)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	470.943	273.101	72,44
(+)	Reversão de Contingência - Gestão Previdencial	248	-	100,00
(+)	Receitas Administrativas	6.867	6.159	11,50
	2. Destinações	(228.583)	(172.753)	32,32
(-)	Benefícios	(221.716)	(162.129)	36,75
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(4.465)	(100,00)
(-)	Despesas Administrativas	(6.867)	(6.159)	11,50
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	-	-
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	260.863	119.015	119,18
(+/-)	Provisões Matemáticas	145.463	79.569	82,81
(+/-)	Fundos Previdenciais	19.385	6.256	209,86
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	96.015	33.190	189,29
	4. Operações transitórias	-	-	-
(+/-)	Operações transitórias	-	-	-
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	2.902.450	2.641.587	9,88

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO B EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO		2016	2015	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	1.596.868	1.539.738	3,71
	1. Adições	286.368	183.193	56,32
(+)	Contribuições	73	67	8,96
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Invest. - Gestão Previdencial	286.049	183.126	56,20
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	246	-	100,00
	2. Destinações	(137.093)	(126.063)	8,75
(-)	Benefícios	(137.093)	(121.592)	12,75
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(4.471)	(100,00)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	149.275	57.130	161,29
(+/-)	Provisões Matemáticas	53.067	24.929	112,87
(+/-)	Fundos Previdenciais	193	(989)	(119,51)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	96.015	33.190	189,29
	4. Operações transitórias	-	-	-
(+/-)	Operações transitórias	-	-	-
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.746.143	1.596.868	9,35
	C) Fundos não previdenciais	-	-	-



IV - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO C EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO		2016	2015	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	1.044.719	982.834	6,30
	1. Adições	196.211	102.422	91,57
(+)	Contribuições	11.315	12.441	(9,05)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	184.894	89.975	105,49
(+)	Reversão Líquida de contingências - Gestão Previdencial	2	6	(66,67)
	2. Destinações	(84.623)	(40.537)	108,75
(-)	Benefícios	(84.623)	(40.537)	108,75
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	-
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	111.588	61.885	80,32
(+/-)	Provisões Matemáticas	92.396	54.640	69,10
(+/-)	Fundos Previdenciais	19.192	7.245	164,90
	4. Operações transitórias	-	-	-
(+/-)	Operações transitórias	-	-	-
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.156.307	1.044.719	10,68
	C) Fundos não previdenciais	-	-	-

V - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO B EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
1. Ativos	1.787.378	1.638.148	9,11
Disponível	244	53	360,38
Recebível	2.519	2.488	1,25
Investimento	1.784.615	1.635.607	9,11
Debêntures	39.518	40.918	(3,42)
Fundos de Investimento	1.741.715	1.558.468	11,76
Investimentos Imobiliários	2.347	35.009	(93,30)
Empréstimos e Financiamentos	1.035	1.212	(14,60)
2. Obrigações	41.235	41.280	(0,11)
Operacional	1.883	1.812	3,92
Contingencial	39.352	39.468	(0,29)
3. Fundos não previdenciais	-	-	-
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.746.143	1.596.868	9,35
Provisões Matemáticas	1.484.210	1.431.143	3,71
Superávit/Déficit Técnico	260.720	164.705	58,30
Fundos Previdenciais	1.213	1.020	18,92
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	260.720	164.705	58,30
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	22.605	(100,00)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	260.720	164.705	58,30



VI - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO C EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
1. Ativos	1.157.513	1.045.809	10,68
Disponível	134	187	(28,34)
Recebível	928	956	(2,93)
Investimento	1.156.451	1.044.666	10,70
Fundos de Investimento	1.152.238	1.038.661	10,93
Empréstimos e Financiamentos	4.213	6.005	(29,84)
2. Obrigações	1.206	1.090	10,64
Operacional	1.104	986	11,97
Contingencial	102	104	(1,92)
3. Fundos não previdenciais	-	-	-
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.156.307	1.044.719	10,68
Provisões Matemáticas	998.957	906.561	10,19
Fundos Previdenciais	157.350	138.158	13,89
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	-	-	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-	-	-



VII - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
I. Custeio da Gestão Administrativa	6.867	6.159	11,50
I.1. Receitas	6.867	6.159	11,50
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.867	6.159	11,50
2. Despesas Administrativas	6.867	6.159	11,50
2.1. Administração Previdencial	4.783	4.306	11,08
Pessoal e encargos	2.887	2.597	11,17
Serviços de terceiros	1.316	1.260	4,44
Despesas gerais	338	239	41,42
Depreciações e amortizações	8	-	100,00
Tributos	234	210	11,43
2.2. Administração dos Investimentos	1.844	1.653	11,55
Pessoal e encargos	1.058	880	20,23
Serviços de terceiros	648	662	(2,11)
Despesas gerais	50	34	47,06
Depreciações e amortizações	3	-	100,00
Tributos	85	77	10,39
2.3. Administração Assistencial	-	-	-
2.4. Outras Despesas	240	200	20,00
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para Plano de Benefícios (1-2-3)	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos (4)	-	-	-
6. Sobras/Insuficiências da Gestão Administrativas (1-2-3-4-5)	-	-	-
7. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (6)	-	-	-
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	-	-	-



VIII - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO B EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
I. Custeio da Gestão Administrativa	4.108	3.627	13,26
I.1. Receitas	4.108	3.627	13,26
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.108	3.627	13,26
2. Despesas Administrativas	4.108	3.627	13,26
2.1. Administração Previdencial	2.862	2.485	15,18
Pessoal e encargos	1.727	1.499	15,22
Serviços de terceiros	788	727	8,39
Despesas gerais	202	138	46,38
Depreciações e amortizações	5	-	100,00
Tributos	140	121	15,70
2.2. Administração dos Investimentos	1.126	1.022	10,18
Pessoal e encargos	646	545	18,53
Serviços de terceiros	396	408	(2,94)
Despesas gerais	30	21	42,86
Depreciações e amortizações	2	-	100,00
Tributos	52	48	8,33
2.3. Administração Assistencial	-	-	-
2.4. Outras Despesas	120	120	-
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para Plano de Benefícios (1-2-3)	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos (4)	-	-	-
6. Sobras/Insuficiências da Gestão Administrativas (1-2-3-4-5)	-	-	-
7. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (6)	-	-	-
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	-	-	-



IX - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO C EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.759	2.532	8,97
1.1. Receitas	2.759	2.532	8,97
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.759	2.532	8,97
2. Despesas Administrativas	2.759	2.532	8,97
2.1. Administração Previdencial	1.921	1.821	5,49
Pessoal e encargos	1.160	1.098	5,65
Serviços de terceiros	528	533	(0,94)
Despesas gerais	136	101	34,65
Depreciações e amortizações	3	-	100,00
Tributos	94	89	5,62
2.2. Administração dos Investimentos	718	631	13,79
Pessoal e encargos	412	335	22,99
Serviços de terceiros	252	254	(0,79)
Despesas gerais	20	13	53,85
Depreciações e amortizações	1	-	100,00
Tributos	33	29	13,79
2.3. Administração Assistencial	-	-	-
2.4. Outras Despesas	120	80	50,00
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para Plano de Benefícios (1-2-3)	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos (4)	-	-	-
6. Sobras/Insuficiências da Gestão Administrativas (1-2-3-4-5)	-	-	-
7. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (6)	-	-	-
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	-	-	-



X - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO B EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.787.378	1.638.148	9,11
I. Provisões Matemáticas	1.484.210	1.431.143	3,71
I.1. Benefícios Concedidos	1.464.531	1.410.519	3,83
Contribuição Definida	-	-	
Benefício Definido	1.464.531	1.410.519	3,83
I.2. Benefício a Conceder	19.679	20.624	(4,58)
Contribuição Definida	19.679	20.624	(4,58)
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	-	-	
Saldo de contas -parcela participantes benefício definido	19.679	20.624	(4,58)
I.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-	-	-
(-) Déficit equacionado	-	-	-
(-) Patrocinador(es)	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	260.720	164.705	58,30
2.1. Resultados Realizados	260.720	164.705	58,30
Superávit técnico acumulado	260.720	164.705	58,30
Reserva de contingência	260.720	164.705	58,30
Reserva para revisão de plano	-	-	-
2.2. Resultados a Realizar	-	-	-
3. Fundos	1.213	1.020	18,92
3.1. Fundos previdenciais	1.213	1.020	18,92
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão Previdencial	-	-	-
4. Exigível operacional	1.883	1.812	3,92
4.1. Gestão Previdencial	1.751	1.643	6,57
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	132	169	(21,89)
5. Exigível contingencial	39.352	39.468	(0,29)
5.1. Gestão Previdencial	39.352	39.468	(0,29)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	-	-



XI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO C EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.157.513	1.045.809	10,68
1. Provisões Matemáticas	998.957	906.561	10,19
1.1. Benefícios Concedidos	571.898	488.095	17,17
Contribuição definida	475.953	403.297	18,02
Benefício definido	95.945	84.798	13,15
1.2. Benefício a Conceder	427.059	418.466	2,05
Contribuição Definida	427.059	418.466	2,05
Saldo de contas -parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	200.702	195.485	2,67
Saldo de contas -parcela participantes benefício definido	226.357	222.981	1,51
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
2.1. Resultados Realizados	-	-	-
2.2. Resultados Realizar	-	-	-
3. Fundos	157.350	138.158	13,89
3.1. Fundos previdenciais	157.350	138.158	13,89
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão Previdencial	-	-	-
4. Exigível operacional	1.104	986	11,97
4.1. Gestão Previdencial	878	781	12,42
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	226	205	10,24
5. Exigível contingencial	102	104	(1,92)
5.1. Gestão Previdencial	102	104	(1,92)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	-	-



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

(em milhares de reais)

I. Contexto operacional

A PSS - Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência privada (doravante "Entidade" ou "PSS"), sem fins lucrativos, constituída em 1977 sob a forma de sociedade civil pelas patrocinadoras Philips do Brasil Ltda (incorporou a Philips Eletrônica da Amazônia Ltda., PSS - Seguridade Social, Lumileds Iluminação Brasil Ltda. (atual denominação da Philips Eletrônica do Nordeste Ltda.), Philips Medical Systems Ltda., Inbraphil Ind. Brasileiras Philips Ltda., Atos Brasil Ltda., Philips Lighting Iluminação Ltda, Sopho Business Communications Soluções Empresariais Ltda, Dixtal Biomédica Indústria e Comércio Ltda., Dixtal Tecnologia Indústria e Comércio Ltda., Philips Clinical Informatics - Sistemas de Informação Ltda. (incorporou a Tecso Informática Ltda.) e Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda., sendo o seu funcionamento autorizado por meio da Portaria no 1.384/78, do Ministério da Previdência Social (MPS). O objetivo da Entidade é assegurar aos seus participantes e seus dependentes legais os seguintes benefícios previdenciários

- (a) Suplementação de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de serviço, especial e de abono anual.
- (b) Suplementação de pensão, auxílio-doença e pecúlio por morte.

Ao final do exercício de 1996, foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar e implantado na Entidade um novo Plano de Suplementação, denominado Plano "C", com característica de contribuição definida para benefícios programáveis e benefício definido para os benefícios não programáveis. A Entidade conta também com o plano de benefício definido, denominado Plano "B", que foi encerrado para novas inscrições a partir da aprovação do Plano "C".

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade conta com 1.545 participantes ativos (1.856 em 2015), 3.939 já em gozo de benefícios (3.978 em 2015) e 366 em regime de benefício proporcional diferido vesting (300 em 2015).

Em dezembro de 2015, as patrocinadoras do Grupo Philips, a Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda. e a Atos Brasil Ltda., comunicaram à PSS sua decisão de rescindir os convênios de adesões retirando-se dos Planos B e C da PSS. Os processos de retiradas foram aprovados pelos Órgãos Estatutários (Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo) e comunicados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Em junho de 2016, os processos de retirada foram protocolados na PREVIC para avaliação.

Em setembro de 2016, a Entidade recebeu o ofício PREVIC nº 2966 com algumas exigências para o Plano-B que foram respondidas em novembro de 2016. Em dezembro de 2016, a entidade recebeu o ofício PREVIC nº 3756 com algumas exigências para o Plano-C que foram respondidas em fevereiro de 2017.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

As demonstrações contábeis estão apresentadas em atendimento as disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução no 08/11 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), a Instrução Normativa no 34/09 do Ministério da Previdência Social (MPS)/Secretaria de Previdência Complementar (SPC) (atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)), alterada pela Instrução Normativa nº 25/15 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e a Resolução no 1272/10 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 23 de fevereiro de 2017.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis e os critérios de apuração foram aplicados de maneira uniforme com o período anterior na elaboração das demonstrações contábeis e foram basicamente os seguintes:

(a) Realizável - Gestão Previdencial e Administrativa

Os realizáveis da Gestão Previdencial e Administrativa são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

(b) Realizável - Investimentos

(i) Debêntures

Estão registradas ao preço de custo, acrescido dos rendimentos contratuais auferidos até a data do balanço e ajustadas ao valor justo.-Nota 6(a).

(ii) Fundos de Investimentos - renda fixa e ações

A Secretaria de Previdência Complementar SPC (atual PREVIC), por meio da Resolução CGPC no 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC no 22, de 25 de setembro de 2006, estabeleceu critérios para o registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, segundo as duas categorias, a saber:

- Títulos para negociação - os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.



- Títulos mantidos até o vencimento - os títulos e valores mobiliários, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Renda fixa

Representa as aplicações em cotas de Fundos de renda fixa e estão registradas pelo valor da cota na data do balanço, calculada e informada pelo custodiante do Fundo.

Ações

Representa cotas de Fundos de renda variável e estão registradas pelo valor da cota na data do balanço, calculada e informada pela instituição financeira custodiante.

(iii) Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo valor de custo deduzido das depreciações acumuladas. Conforme requerido pela PREVIC, tais investimentos são submetidos a avaliação de mercado a cada 3 anos e os ajustes (ganhos/perdas) são reconhecidos no resultado do exercício.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no tempo de vida útil informado nos laudos de avaliação, sendo a taxa anual entre 1,2 a 2,0% para edificações, e sua contrapartida é lançada como despesa no programa de investimentos.

(iv) Empréstimos e Financiamentos

Registram as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e suplementados). Seu saldo reflete a posição da carteira na data do balanço, atualizado monetariamente e acrescido de juros até janeiro de 2002 e, para as concessões após janeiro de 2002, atualizado monetariamente pela variação do IPC/DI- FGV acrescido de juros à taxa mensal de 0,5%. Os valores dos empréstimos são concedidos líquidos de 2% ou 3% referente à taxa de administração.

Dado o processo de Retirada de Patrocínio, a partir de agosto/16, a Entidade cessou a concessão de empréstimos aos participantes.

(c) Exigível operacional

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

(d) Exigível Contingencial

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis e fiscais. São adotados métodos conservadores de mensuração para determinar os montantes de provisão pela Administração e seus assessores legais. Os valores das contingências são quantificados segundo as classificações de "Provável", "Possível" e "Remoto".

(e) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem basicamente a avaliação a preço de mercado e de realização da carteira de investimentos, provisão para contingências e os passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

(f) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)

A Demonstração da Mutação Consolidada do Patrimônio Social, destina-se à evidenci o das altera es do ativo líquido da Entidade Fechada de Previdência Complementar, no exercício.

(g) Demonstr o do Ativo Líquido (DAL)

A Demonstr o do Ativo Líquido (DAL) destina-se a evidenciar os componentes patrimoniais do plano de benefícios, que corresponde   parte do ativo destinado   cobertura dos benefícios futuros e do Exigível Contingencial, se houver.

(h) Demonstr o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)

Os registros das opera es administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa (PGA), segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA   constituído pelas receitas (Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administra o previdencial, e dos investimentos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

As despesas administrativas específicas de cada plano de benefícios serão custeadas integralmente pelo plano a que se referir, não cabendo rateio entre os demais planos.

As despesas administrativas comuns serão custeadas pelos planos de benefícios com base na seguinte metodologia:

As despesas administrativas previdenciais serão custeadas pelos planos de benefícios administrados pela Entidade, na propor o do número de participantes e assistidos de cada plano.

As despesas administrativas de investimentos serão custeadas pelos planos de benefícios administrados pela Entidade, na propor o dos recursos garantidores de cada plano.



(i) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)

A Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT) tem como objetivo informar aos participantes e assistidos a totalidade dos compromissos de seu plano de benefícios de forma mais detalhada, e também apresentar os saldos das provisões matemáticas de acordo com o plano de benefícios.

(j) Regime financeiro

Plano B - a Entidade adota o regime financeiro de: (i) capitalização (método do crédito unitário projetado) para os benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição, especial, por idade, por invalidez, benefício proporcional diferido, pensão por morte do assistido e pecúlio por morte do assistido; (ii) repartição de capitais de cobertura para pensão por morte do participante ativo, auxílio-doença e auxílio-reclusão; (iii) repartição simples para pecúlio por morte do participante ativo, resgate e portabilidade.

Plano C - a Entidade adota o regime financeiro de capitalização para a avaliação de todos os benefícios do Plano, exceto para os benefícios de auxílio doença e auxílio reclusão para os quais foi adotado o método de repartição de capitais de cobertura.

Para os benefícios a conceder estruturados em regime de capitalização, a provisão matemática, conforme o método de financiamento adotado, é apurada pelo valor atual dos benefícios futuros a serem pagos, proporcionalmente à vida laborativa dos participantes. Para os benefícios concedidos, a provisão matemática é o próprio valor presente dos benefícios futuros.

(k) Custeio administrativo

O custeio administrativo da Entidade engloba as despesas administrativas previdenciais e financeiras que são cobertas principalmente com recursos do resultado dos investimentos conforme estabelecido no RPGA (Regulamento do Plano de Gestão Administrativa).

(l) PIS/COFINS

Contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitado aos rendimentos das aplicações proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

(m) Imposto de renda

Com advento da Lei no 11.053, de 29 de dezembro de 2004, publicada no DOU, em 30 de dezembro de 2004, a partir de 1º de janeiro de 2005, o imposto de renda incide sobre os benefícios e resgates pagos aos participantes do plano da Fundação, de acordo com a opção realizada pelo participante e regras dispostas na Lei, da seguinte forma:

(i) Por uma tabela regressiva, que varia entre 35% e 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios.

(ii) Por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

4. Ativo - gestão previdencial

	2016	2015
Contribuições vincendas a receber		
Patrocinadoras	5	7
Participantes	638	694
Autofinanciados	215	188
Adiantamentos	78	77
Depósitos Judiciais/Recursais (nota 8)	2.511	2.478
	<u>3.447</u>	<u>3.444</u>

5. Ativo - gestão administrativa

O saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 1.552 (R\$ 1.475 em 2015) é representado principalmente pelo custeio administrativo a receber de R\$ 314 (R\$ 334 em 2015) e depósito em juízo referente ao PIS/COFINS sobre receitas administrativas de R\$ 1.141 (R\$ 1.141 em 2015).

6. Ativo - investimentos

			Plano B	
			2016	2015
Valor de curva	Ajuste de MTM	Valor de mercado	Valor contábil	Valor contábil
<u>146.722</u>	<u>(107.204)</u>	<u>39.518</u>	<u>39.518</u>	<u>40.918</u>

O saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 39.518 (R\$ 40.918 em 2015), refere-se a 2.300 debêntures emitidas pela Hauscenter S.A., coproprietária do Edifício Word Trade Center em São Paulo (WTC), as quais estão registradas ao preço de custo, acrescido dos rendimentos contratuais auferidos até a data do balanço, e ajustadas ao valor justo, o qual foi obtido em laudo de avaliação da Cushman & Wakefield Semco, em 2016. Os rendimentos distribuídos pelas debêntures e apropriados ao resultado no ano de 2016 foram de R\$ 3.809 (R\$ 4.712 no ano de 2015). O ajuste ao valor justo em 31 de agosto de 2016 foi de - R\$ 1.400.



(b) Composição dos títulos e valores mobiliários por classificação (Renda Fixa e Renda Variável)

As cotas de fundos de renda fixa e de renda variável estão registradas pelo valor da cota, na data de encerramento do balanço, calculada e informada pela instituição financeira administradora dos fundos.

	Plano B		Plano C		Total	
	Valor contábil		Valor contábil		Valor contábil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Títulos para negociação						
Cotas de fundos de investimentos (1)	1.741.715	597.509	1.152.238	1.038.661	2.893.953	1.636.170
Títulos mantidos até o vencimento						
Cotas de fundos de investimentos (2)	-	960.959	-	-	-	960.959
Total	1.741.715	1.558.468	1.152.238	1.038.661	2.893.953	2.597.129

(1) Representadas por três Fundos de Investimentos em Cotas de Fundo exclusivos administrados pela Sul América Investimentos DTVM S.A. no caso do Plano C e de três fundos exclusivos de renda fixa administrados por Banco Itaú-Unibanco S.A., Santander (Brasil) S.A. e BRAM Bradesco Asset Management Ltda. no caso do Plano B. Estão apresentados com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos na data de balanço.

(2) Representadas até 2015 por um Fundo exclusivo de renda fixa administrado por BRAM Bradesco Asset Management Ltda. e com base no valor da cota divulgado pelo administrador do Fundo na data de balanço. Em 2016, dado que a legislação de retirada de patrocínio exige que os ativos estejam marcados a mercado, os títulos públicos com vencimento além de 2019 (registrados no referido Fundo) foram vendidos e ao mesmo tempo foram adquiridos títulos públicos com vencimento até 2018, gerando resultado positivo de R\$ 25.100 mil no Plano-B. Os títulos adquiridos foram classificados como para negociação (marcados a mercado).

(c) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo

	Plano B		Plano C		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fundos Exclusivos						
Renda fixa						
Cotas de Fundo de Renda Fixa	1.741.715	1.558.468	1.010.960	909.437	2.752.675	2.467.905
Ações						
Cotas de Fundos de Ações	-	-	141.278	129.224	141.278	129.224
Total	1.741.715	1.558.468	1.152.238	1.038.661	2.893.953	2.597.129

Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento em cotas de fundos exclusivos são compostos pelas seguintes aplicações em 31 de dezembro:

Fundos de Invest. Renda Fixa	2016	2015	Fundos de investimento (Ações)	2016	2015
Títulos para negociação			Títulos para negociação		
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	1.681.719	1.143.445	Ações	138.598	113.652
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B – Over)	3.146	-	Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFTs)	34	585
Notas do Tesouro Nacional (NTN-C)	3.269	98.447	Debêntures	-	38
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	3.504	Letras do Tesouro Nacional (LTNs Over)	1.939	10.842
Letras do Tesouro Nacional (LTNs)	89.753	6.824	Tesouraria, contas a receber e a pagar	707	4.107
Letras do Tesouro Nacional (LTN Over)	553.764	34.692	Total - Fundos de Investimento (Ações)	141.278	129.224
Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFTN)	423.487	41.935	Total - Fundos de Investimento	2.893.953	2.597.129
Debêntures	-	59.371			
Depósito Prazo Garantia Espécie (DPGE)	-	2.933			
Letras Financeiras Bancárias	-	115.638			
Tesouraria, contas a receber e a pagar	(2.463)	157			
Sub Total - Fundos de Invest. (Renda Fixa)	2.752.675	1.506.946			
(*) Títulos mantidos até o vencimento					
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	728.447			
Notas do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	84.459			
Debêntures	-	37.223			
Letras do Tesouro Nacional (LTN Over)	-	94.552			
Certificados Recebíveis Imobiliários	-	5.003			
Letras Financeiras Bancárias	-	11.314			
Tesouraria, contas a receber e a pagar	-	(39)			
Sub Total - Fundo de Investimento (Renda Fixa)	-	960.959			
Total - Fundos de Investimento (Renda Fixa)	2.752.675	2.467.905			



(*) Não se aplica o ajuste de precificação dos Títulos Públicos Mantidos até o Vencimento (Resolução CNPC nº 16/2014 e Instrução PREVIC nº 19/2015), uma vez que, a Entidade, dado o processo de Retirada de Patrocínio, vendeu em 2016 os títulos classificados dessa maneira.

(d) Investimentos imobiliários

	Plano B	
	2016	2015
Custo - Terrenos e edificações		
Imóveis locados a terceiros	2.361	34.700
	<u>2.361</u>	<u>34.700</u>
Custo - Instalações		
Imóveis locados a terceiros	4	100
	<u>4</u>	<u>100</u>
Depreciações	(18)	(100)
	<u>(18)</u>	<u>(100)</u>
Alugueis a receber	-	309
Total de Investimentos Imobiliários	<u>2.347</u>	<u>35.009</u>

Reavaliação de Imóvel

Em junho de 2016, a Entidade realizou reavaliações do imóvel localizado na Av. Roque Petroni Junior nº 999 (5º, 6º e 7º andares) e do imóvel situado na Avenida Doutor Cardoso de Melo nº 1855 (conjunto 121). Para cada um

desses imóveis foram realizadas duas reavaliações, pela Jones Lang LaSalle e pela Cushman & Wakefield Semco. Para o primeiro imóvel os resultados apurados foram de R\$ 28.600 e R\$ 25.393 e para o segundo de R\$ 2.160 e R\$ 2.361, respectivamente. O efeito dessas reavaliações foram reconhecidos contabilmente em julho de 2016, resultando em uma redução da carteira imobiliária de R\$ 6.774.

Venda de Imóvel

Em novembro de 2016, a Entidade realizou a venda do imóvel Morumbi Office Tower, localizado na Av. Roque Petroni Junior nº 999 (5º, 6º e 7º andares) pelo valor de R\$ 31.500, que justifica a redução na posição de Investimentos Imobiliários.

(e) Empréstimos e financiamentos

	Plano B		Plano C		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Empréstimos a participantes ativos/assistidos	1.062	1.232	4.240	6.032	5.302	7.264
Provisão para perdas	(27)	(20)	(27)	(27)	(54)	(47)
	<u>1.035</u>	<u>1.212</u>	<u>4.213</u>	<u>6.005</u>	<u>5.248</u>	<u>7.217</u>

A provisão é estabelecida com base em 30% dos saldos dos empréstimos aos Assistidos sem dependentes e 100% dos saldos dos empréstimos conhecidos como sendo de provável perda para a Entidade.



7. Exigível operacional

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Gestão previdencial		
Benefícios a pagar	104	61
IRRF a recolher	2.307	2.150
outros	218	213
	<u>2.629</u>	<u>2.424</u>
Gestão administrativa		
Credores diversos	375	302
Tributos a recolher	27	23
Outros	9	9
	<u>411</u>	<u>334</u>
Investimentos		
Imobiliários	44	40
Custeio PGA	314	334
Outros	-	-
	<u>358</u>	<u>374</u>

8. Exigível contingencial

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Gestão Previdencial		
Provisões		
Imposto de Renda a Recolher (i)	2.165	2.184
Indenização Judicial a Recolher (i)	332	280
Processos Judiciais (ii)	<u>36.957</u>	<u>37.108</u>
	<u>39.454</u>	<u>39.572</u>

(i) A Entidade efetua depósito judicial referente aos valores de imposto de renda e indenização judicial a recolher, conforme Nota 4.

(ii) A PSS - Seguridade Social possui 10 processos judiciais cíveis sendo que, para os valores em risco, foi constituída provisão para perdas totalizando R\$ 2.019 em 2016 (R\$ 3.499 em 2015).

A PSS possui também 12 processos fiscais, sendo que para os valores em risco foi constituída provisão para perdas totalizando R\$ 34.938 em 2016 (R\$ 33.609 em 2015).

Com relação ao processo fiscal no 2004.61.82.053611-3 a Entidade recebeu em 2001 auto de infração, movido pela receita federal, referente ao pagamento de PIS do período de 1995 a 1999, cujo montante atualizado em 12/2016 é de R\$ 32.696, relativos ao Plano "B". Até 2011 o processo estava sendo considerado como de perda possível, com base na opinião dos consultores jurídicos da Entidade e dessa forma sem a constituição de provisão contábil correspondente. Em 2012, a Entidade reavaliou suas estimativas e a correspondente perspectiva de êxito ou perda na respectiva ação judicial e concluiu pelo provisionamento do risco envolvido no montante acima descrito (R\$ 31.550 em 2015).

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Gestão Administrativa		
Provisões		
PIS/COFINS a recolher	<u>1.141</u>	<u>1.141</u>

A partir de setembro de 2010, de acordo com a liminar nos autos do processo no 0011954-08.210.403.6100, a Entidade passou a provisionar e efetuar o depósito em juízo (Nota 5) dos valores relativos a essas contribuições. A partir de 2015 conforme a IN RFB nº 1544/15, a Entidade passou a recolher as contribuições (PIS e COFINS) e deixou de efetuar os depósitos em juízo.

9. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas por atuário externo contratado pela Entidade (Willis Towers Watson), por meio de parecer atuarial, em conformidade com critérios aprovados pela PREVIC, e estão representados por:

(a) Benefícios concedidos

Correspondem ao valor atual dos benefícios pagos aos assistidos já em gozo do benefício.

(b) Benefícios a conceder

(i) **Plano "B" e Plano "C"** (benefícios definidos) - correspondem ao valor atual dos benefícios futuros, apurados de forma proporcional à vida laborativa dos participantes ativos e autopatrocinados.

(ii) **Plano "C"** (contribuições definidas) - correspondem às contribuições individuais dos participantes, acrescidas das contribuições correspondentes às patrocinadoras.



(c) Composição das provisões matemáticas

	Plano B		Plano C		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Provisões matemáticas						
Benefício definido	1.464.531	1.410.519	95.945	84.798	1.560.476	1.495.317
Contribuição definida	-	-	475.953	403.297	475.953	403.297
Benefícios concedidos	<u>1.464.531</u>	<u>1.410.519</u>	<u>571.898</u>	<u>488.095</u>	<u>2.036.429</u>	<u>1.898.614</u>
Benefício definido	19.679	20.624	11.735	15.459	31.414	36.083
Contribuição definida	-	-	415.324	403.007	415.324	403.007
Benefícios a conceder	<u>19.679</u>	<u>20.624</u>	<u>427.059</u>	<u>418.466</u>	<u>446.738</u>	<u>439.090</u>
(-) Provisão matemática a constituir	-	-	-	-	-	-
	<u>1.484.210</u>	<u>1.431.143</u>	<u>998.957</u>	<u>906.561</u>	<u>(*)2.483.167</u>	<u>2.337.704</u>

(*) Apesar da manutenção da taxa real anual de juros (6,00% no Plano B e 5,34% no Plano C), o crescimento das provisões matemáticas de Benefício Definido, deveu-se principalmente à atualização monetária.

(d) Hipóteses financeiras e biométricas

• Hipóteses financeiras

I. As hipóteses econômicas utilizadas na apuração das provisões matemáticas estão suportadas por estudos técnicos preparados pela Willis Towers Watson e aprovados pela Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, AETQ (Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado) e ARPB (Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios). A Entidade utilizou a taxa real anual de juros de 6,00% para o plano B (6,00% em 2015) e de 5,34% para o plano C (5,34% em 2015). As premissas atuariais para determinação das provisões matemáticas em 31 de dezembro de 2016 estão em conformidade com a Resolução CGPC no. 18/2006, a Portaria PREVIC nº 186/2016 e a Instrução PREVIC nº23/2015.

• Hipóteses biométricas e demográficas

As tábuas biométricas e demográficas foram selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo. Em 2005, a PSS decidiu por ajustar sua tábua de mortalidade geral de forma gradativa, mudando a expectativa de vida da população sem criar um grande impacto no custo do Plano.

Com a publicação da Resolução CGPC no 18, de 28 de março de 2006, foi estabelecida a Tábua AT-1983 como nova tábua mínima de mortalidade geral e o prazo de adequação à referida resolução como sendo dezembro de 2008. Sendo assim, após adoção gradativa da diferença entre AT-1983 e a GAM-1971 agravada nos últimos anos, foi considerado na avaliação atuarial de 2008 a AT-1983 desagradada em 10%.

Em 2012, a tábua de mortalidade geral foi alterada da

AT-1983 Basic desagradada em 10%, para AT-2000 Basic, tendo em vista uma melhor adequação à massa de participantes dos planos de benefícios.

Em 2014 com base na Instrução nº 7/2013 da PREVIC, foi realizado o estudo técnico da aderência das Hipóteses objetivando identificar as tábuas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes dos planos de benefícios.

Os resultados da análise indicaram a adoção, para os Cálculos Atuariais de 2014 e em diante, da Tábua de Mortalidade Geral AT-2000 Basic suavizada em 10% e a manutenção das demais tábuas adotadas.

10. Equilíbrio Técnico

(a) Reserva de Contingência

Constituída de acordo com o artigo 7º da Resolução CGPC no 26/08 alterada pela Resolução CNPC nº22/2015. Refere-se a parte do resultado superavitário do Plano B, correspondente a 17,57% do valor das provisões matemáticas, situando-se abaixo do limite de 19,02%, calculado com base na Resolução CNPC nº 22/2015, não tendo Reserva Especial para Revisão do Plano em 31/12/2016. A movimentação durante 2016 apresentou-se como segue:

	<u>Plano B</u>
	<u>2016</u>
Saldo inicial	164.705
Resultado apurado no exercício de 2015	96.015
Saldo final	<u>260.720</u>



11. Fundos

(a) Previdencial

(i) Fundo especial - Plano "C"

Conforme previsto no Regulamento Básico do Plano "C" (artigo 18 parágrafo 4), a Entidade vem constituindo um fundo para cobertura de benefícios de risco e para futuras contribuições das patrocinadoras, utilizando-se de sobras da conta patronal. Com base em parecer atuarial de 24 de agosto de 2009 emitido pela Willis Towers Watson, o Fundo Especial foi subdividido em dois fundos:

- Fundo Especial - Reavaliado - utilizado para cobertura de impactos nos passivos atuariais devido a futura mudança na tábua de mortalidade, eventual redução da taxa real anual de juros, cobrir os pagamentos dos benefícios de risco e eventuais perdas atuariais nos compromissos a eles relacionados, cuja movimentação durante 2016 apresentou-se como segue:

	<u>Plano C</u> <u>2016</u>
Saldo inicial	125.058
Atualização (rendimento)	22.605
Sobras da Contribuição Patronal por desligamento	3.357
Sobras por pagto. de benefícios de risco/espólio	145
Contribuição Patrocinadora (Gibson)	-
Utilização (benefícios pagos)	(3.660)
Utilização (despesas administrativas)	(2.759)
Transferência para Constituição Fundo de Retirada Sopho	(2.031)
Constituição/reversão para benefício definido e outros	9.491
Saldo final	<u>152.206</u>

- Fundo Especial - redução de Contribuições Patrocinadoras: utilizado para redução das contribuições futuras das patrocinadoras, cuja movimentação durante 2016 apresentou-se como segue:

	<u>Plano C</u> <u>2016</u>
Saldo inicial	11.266
Utilização para redução das contribuições das patrocinadoras Solidárias	(7.216)
Utilização para redução das contribuições da patrocinadora - Gibson	(358)
Saldo final	<u>3.692</u>

(ii) Fundo de retirada de patrocínio da Atos Origin

A partir de 01 de outubro de 2005 a patrocinadora Atos Origin Brasil Ltda. decidiu rescindir parcialmente o convênio de adesão retirando-se do Plano "C" da PSS e transferir as provisões matemáticas dos participantes envolvidos para a Bradesco Vida e Previdência. O processo de retirada foi homologado pela Secretaria de Previdência Complementar - (SPC) (atual PREVIC) em novembro de 2007. O valor do fundo previdencial de retirada em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 20 (R\$ 18 em 2015).

(iii) Fundo de retirada de patrocínio da LP Displays Brasil Ltda.

A partir de 01 de dezembro de 2006 a patrocinadora LP Displays Brasil Ltda. decidiu rescindir o convênio de adesão retirando-se dos Planos "B" e "C" da PSS. O processo de retirada foi homologado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) (atual PREVIC) em setembro de 2007. Os saldos dos valores do fundo previdencial de retirada em 31 de dezembro de 2016 no Plano "B" é de R\$ 1.213 (R\$ 1.020 em 2015) e no Plano "C" é de R\$ 1.142 (R\$ 1.570 em 2015).

(iv) Fundo de retirada de patrocínio da Jabil do Brasil Indústria Eletroeletrônica Ltda.

A partir de 01 de setembro de 2007 a patrocinadora Jabil do Brasil Indústria Eletroeletrônica Ltda. decidiu rescindir os convênios de adesão retirando-se dos Planos "B" e "C" da PSS. O processo de retirada foi homologado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) (atual PREVIC) em agosto de 2008. Os saldos dos valores do Fundo Previdencial de Retirada em 31 de dezembro de 2016 no Plano B encontra-se zerado e no Plano C é de R\$ 291 (R\$ 245 em 2015).

(v) Sopho Business Communications – Soluções Empresariais Ltda.

A partir de março de 2015, a patrocinadora Sopho Business Communications – Soluções Empresariais Ltda., decidiu rescindir o convênio de adesão retirando-se dos Planos B e C da PSS. O processo de retirada foi homologado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) em junho de 2016. Os valores dos fundos de retiradas foram totalmente liquidados em dezembro de 2016 (plano B - R\$ 7.251 mil e Plano C - R\$ 42.230 mil).

Diretoria

Luiz A.B. Dias da Silva
Diretor Gerente e Financeiro

José Carlos C. Cadima
Diretor Administrativo

Wagner Friia
Diretor de Seguridade

Contador
Rodolfo Martins
CRC 1SP261248/O-0



8 Pareceres

8.1 Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da PSS – Seguridade Social, tendo em vista o parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes datado de 20/03/2017, bem como os pareceres atuariais da Willis Towers Watson datados de 06/02/2017, aprovou, sem apontamentos, e recomendou ao Conselho Deliberativo, em reunião realizada em 22/03/2017, a aprovação do balanço encerrado em 31 de dezembro de 2016, elaborados nos termos da Resolução CNPC no. 08 de 31/10/2011, o Custeio dos Planos, Hipóteses Atuariais e o Orçamento para 2017.

São Paulo, 22 de março de 2017.

8.2 Parecer do Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo da PSS – Seguridade Social, tendo em vista o parecer do Conselho Fiscal, datado de 22/03/2017, o parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores independentes e os pareceres atuariais da Willis Towers Watson, em reunião realizada em 28/03/2017, aprovou, sem apontamentos, as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2016 elaboradas nos termos da Resolução CNPC no. 08 de 31/10/2011, o Custeio dos Planos, Hipóteses Atuariais, o Plano de Gestão Administrativa (PGA) de 2017 e o Orçamento para 2017.

São Paulo, 28 de março de 2017.



9 Demonstrativos de Investimentos em 31 de Dezembro de 2016

9.1 Anexo I - Renda Fixa

(Em milhares de Reais)

Fundo de Investimento Renda Fixa Plano B (Administrado pelo Bradesco Asset Management S/A DTVM)				
Aplicações Títulos Públicos Federais				
Tipo	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2017	22.733	2,43
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2018	855.500	91,54
			878.233	93,97
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/07/2017	3.269	0,35
Operações Compromissadas			53.064	5,68
Valores a Pagar / a Receber			-41	-
Patrimônio Líquido			<u>934.525</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	206.126,91036			
Valor Cota Unitária:	4,53373580			

(Em milhares de Reais)

Fundo de Investimento Renda Fixa Plano BII (Administrado pelo Banco Itaucard S.A.)				
Aplicações Títulos Públicos Federais				
Tipo	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2018	388.377	95,55
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2019	14.966	3,68
			403.343	99,23
Operações Compromissadas			3.146	0,77
Valores a Pagar / a Receber			-12	-
Patrimônio Líquido			<u>406.477</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	87.711,99389			
Valor Cota Unitária:	4,63422940			

(Em milhares de Reais)

Fundo de Investimento Renda Fixa Plano BIII (Adm. Santander Asset Management DTVM S.A.)				
Aplicações Títulos Públicos Federais				
Tipo	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2018	385.204	96,13
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2019	14.939	3,73
			400.143	99,86
Operações Compromissadas			576	0,14
Valores a Pagar / a Receber			-6	-
Patrimônio Líquido			<u>400.713</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	86.866,93684			
Valor Cota Unitária:	4,61294900			



Anexo I - Renda Fixa

(Em milhares de Reais)

Tiger Fundo de Inv. Renda Fixa (Administrado pelo Santander Asset Management DTVM S.A.)				
Aplicações Títulos Públicos Federais Tipo	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Letras Fin. Tes. Nacional	SELIC	07/09/2017	8.442	1,67
Operações Compromissadas			497.223	98,34
Valores a Pagar / a Receber			-58	-0,01
Patrimônio Líquido			<u>505.607</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	393.221,52201			
Valor Cota Unitária:	1,28577900			

(Em milhares de Reais)

Lion Fundo de Inv. Renda Fixa (Administrado pelo HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo)				
Aplicações Títulos Públicos Federais Tipo	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Letras Fin. Tes. Nacional	SELIC	07/03/2017	196.836	38,95
Letras Fin. Tes. Nacional	SELIC	07/09/2017	218.209	43,19
			415.045	82,14
Letras Tesouro Nacional	PRE	01/01/2018	89.753	17,76
Operações Compromissadas			2.901	0,57
Valores a Pagar / a Receber			-2.346	-0,47
Patrimônio Líquido			<u>505.353</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	392.193,24429			
Valor Cota Unitária:	1,28850470			



9.2 Anexo I I - Renda Variável

(Em milhares de Reais)

Fundo de Inv. em Ações Ideal (Adm. pelo Bradesco Asset Management S/A DTVM)

Aplicações Ações Mercado	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
AMBEV S/A ON EJ	269.430	16,40	4.419	6,29
ALUPAR UNIT N2	98	17,10	2	0,00
BRASIL ON NM	97.456	28,09	2.738	3,90
BRADESCO PN EJ N1	226.520	29,00	6.569	9,37
BB SEGURIDADE ON NM	44.402	28,30	1.257	1,79
MINERVA ON NM	29.400	12,15	357	0,51
BRF SA ON NM	55.527	48,25	2.679	3,82
BRASKEM PNA N1	8.200	34,25	281	0,40
BR MALLS PARON NM	60.300	11,95	721	1,03
BMFBOVESPA ON EJ NM	136.696	16,50	2.255	3,21
CCR SA ON NM	76.699	15,96	1.224	1,74
CESP PNB N1	14.600	13,49	197	0,28
CIELO ON NM	60.698	27,89	1.693	2,41
CEMIG PN EJ N1	91.411	7,71	705	1,00
CPFL ENERGIAON NM	12.742	25,21	321	0,46
COSAN ON NM	17.756	38,15	677	0,96
SID NACIONALON	27.400	10,85	297	0,42
CETIP ON EJ NM	18.900	44,60	843	1,20
CVC BRASIL ON NM	35.200	23,70	834	1,19
CYRELA REALTON NM	21.600	10,27	222	0,32
ECORODOVIAS ON NM	38.800	8,24	320	0,46
ENGIE BRASILON NM	9.210	35,00	322	0,46
ELETRONBRAS ON N1	13.700	22,81	312	0,44
EMBRAER ON NM	27.500	16,00	440	0,63
ENERGIAS BR ON EJ NM	1	13,40	-	0,00
ENERGISA UNIT N2	17.500	18,58	325	0,46
EQUATORIAL ON EJ NM	12.400	54,40	675	0,96
ESTACIO PARTON ED NM	16.700	15,80	264	0,38
FIBRIA ON NM	20.900	31,89	667	0,95
FLEURY ON NM	12.000	35,65	428	0,61
GERDAU PN N1	65.620	10,80	709	1,01
GAZETA MERC PN	1.990.050	1,56	3	0,00
HYPERMARCAS ON NM	17.029	26,13	445	0,63
IGUATEMI ON NM	9.800	26,67	261	0,37
ITAUSA PN EJ N1	396.754	8,28	3.285	4,68
ITAUUNIBANCOPN EDJ N1	207.698	33,85	7.031	10,02
JBS ON NM	115.900	11,40	1.321	1,88
KLABIN S/A UNT N2	22.500	17,72	399	0,57
KROTON ON NM	70.300	13,33	937	1,33
LOJAS AMERICPN	30.400	17,00	517	0,74
LOJAS RENNERNON NM	20.658	23,17	479	0,68
M.DIASBRANCOON NM	1.500	115,01	173	0,25
MRV ON NM	42.800	10,94	468	0,67
MULTIPLAN ON N2	5.608	59,38	333	0,47
P.ACUCAR-CBDPN N1	19.800	54,75	1.084	1,54
PETROBRAS ON	191.411	16,94	3.243	4,62
PETROBRAS PN	255.182	14,87	3.795	5,41
RAIADROGASILON NM	15.644	61,19	957	1,36
LOCALIZA ON EJ NM	19.226	34,22	658	0,94
SABESP ON NM	11.504	28,79	331	0,47
SER EDUCA ON NM	16.100	18,67	301	0,43
SAO MARTINHOON NM	14.100	19,50	275	0,39
SUZANO PAPELPNA N1	32.200	14,20	457	0,65
TIM PART S/AON NM	43.400	7,83	340	0,48
ULTRAPAR ON NM	21.850	68,45	1.496	2,13
USIMINAS PNA N1	49.900	4,10	205	0,29
VALE ON N1	147.484	25,68	3.787	5,39
VALE PNA N1	75.103	23,34	1.753	2,50
TELEF BRASILPN EJ	27.913	44,08	1.230	1,75
WEG ON NM	16.100	15,50	250	0,36
	5.427.280		68.567	97,66
Operações Compromissadas			1.336	1,90
Valores a Pagar / a Receber			307	0,44
Patrimônio Líquido			70.210	100,00
Quantidade de Cotas:	7.522.87663			
Valor Cota Unitária:	9,3322757			



Anexo I I - Renda Variável

(Em milhares de Reais)

Fundo de Inv. em Ações Multiply Variable (Adm. pelo Banco BNP Paribas Asset Management Brasil S/A)				
Aplicações Ações Mercado	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
AMBEV S/A ON EJ	299.814	16,40	4.917	6,92
ALUPAR UNT N2	112.067	17,10	1.916	2,70
ALUPAR ON N2	76	8,12	1	0,00
ALUPAR PN N2	152	4,40	1	0,00
BRASIL ON NM	5.320	28,09	149	0,21
BRASESCO ON EJ NI	7.584	29,14	221	0,31
BRASESCO PN EJ NI	250.445	29,00	7.263	10,21
BBSEGURIDADEON NM	113.272	28,30	3.206	4,51
MIINERVA ON NM	108.781	12,15	1.322	1,86
BRF SA ON NM	104.360	48,25	5.035	7,09
BRASKEM PNA NI	10.010	34,25	343	0,48
BR MALLS PARON NM	42.250	11,95	505	0,71
BMFBOVESPA ON EJ NM	181.180	16,50	2.989	4,21
CIELO ON NM	101.845	27,89	2.840	4,00
COSAN ON NM	65.220	38,15	2.488	3,50
EMBRAER ON NM	12.100	16,00	194	0,27
ENERGISA UNT N2	129.680	18,58	2.409	3,39
EQUATORIAL ON EJ NM	230	54,40	13	0,02
EVEN ON NM	110.870	3,70	410	0,58
GERDAU PN NI	38.740	10,80	418	0,59
GAZETA MERC PN	995.025	1,56	2	0,00
ITAUSA PN EJ NI	180.815	8,28	1.497	2,11
ITAUUNIBANCOPN EDJ NI	261.037	33,85	8.836	12,42
KLABIN S/A UNT N2	90.160	17,72	1.598	2,25
KROTON ON NM	102.140	13,33	1.362	1,92
LOJAS RENNERON NM	43.750	23,17	1.014	1,43
MARFRIG ON NM	10	6,61	-	0,00
P.ACUCAR-CBDPN NI	10.990	54,75	602	0,85
PETROBRAS ON	175.281	16,94	2.969	4,18
PETROBRAS PN	205.203	14,87	3.051	4,29
ROSSI RESID ON NM	1	2,70	-	0,00
RUMO LOG ON NM	248.610	6,14	1.526	2,15
SANEPAR PN EJ N2	154.450	10,75	1.660	2,34
SABESP ON NM	24.500	28,79	705	0,99
SUZANO PAPELPNA NI	211.953	14,20	3.010	4,24
ULTRAPAR ON NM	20.000	68,45	1.369	1,93
VALE ON NI	94.770	25,68	2.434	3,43
VALE PNA NI	71.080	23,34	1.659	2,33
	4.583.771		69.934	98,42
Opções	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
BBDC /EJ PN NI	-91.700	0,10	-9	-0,01
BBDC /EJ PN NI	91.700	0,39	35	0,05
CIEL ON NM	-89.100	0,29	-26	-0,04
CIEL ON NM	89.100	0,59	53	0,07
IBOV IBO	-80	483,03	-39	-0,05
IBOV IBO	-70	188,09	-13	-0,02
IBOV IBO	-60	325,06	-20	-0,03
IBOV IBO	-60	325,06	-20	-0,03
IBOV FM IBO	130	973,49	127	0,18
IBOV FM IBO	60	973,49	58	0,08
SUZB PNA NI	-146.000	0,44	-64	-0,09
SUZB PNA NI	-105.000	0,05	-5	-0,01
SUZB PNA NI	105.000	0,21	22	0,03
	-146.080		99	0,13
Títulos Públicos Federais	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Tipo				
Letras Fin. Tes. Nacional	SELIC	07/03/2017	25	0,04
Letras Fin. Tes. Nacional	SELIC	01/03/2019	8	0,01
			33	0,05
Operações Compromissadas			602	0,85
Valores a Pagar / a Receber			401	0,55
Patrimônio Líquido			71.068	100,00
Quantidade de Cotas:	5.68646994			
Valor Cota Unitária:	12,4971355			



PSS - Seguridade Social

www.pssnet.com.br

Rua Dr. Rafael de Barros, 209 - 11º andar - Conj.112 - Paraíso
São Paulo - SP
CEP: 04003-041
PABX: (11) 3594-6150